

O FDI afirmou que considera o ocorrido um erro grave

Israel pede desculpas por morte de trabalhadores

O porta-voz das FDI disse que é uma tragédia pelo qual o FDI é responsável, não deveria ter acontecido e vai garantir que não aconteça novamente

As Forças de Defesa de Israel (FDI) afirmaram na sexta-feira, 5, que demitiram dois oficiais e repreenderam outros três por seus papéis nos ataques de drones em Gaza que mataram sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK) em uma missão de entrega de alimentos, dizendo que eles haviam ignorado informações críticas e violado as regras de engajamento do Exército. O FDI também afirmou que considera o

ocorrido um "erro grave decorrente de uma falha devido a uma identificação errada" de que os veículos transportavam terroristas do Hamas. Várias regras processuais foram quebradas. Os operadores do drone que estava rastreando o comboio não foram informados do trajeto dos trabalhadores humanitários. Embora os veículos da World Central Kitchen estejam marcados com o logotipo e o nome da organização em seus tetos, esse logotipo não era visível para as câmeras que rastreavam o veículo à noite. **PÁGINA 5**

DESEMPREGO CAI

EUA criaram 303 mil vagas de trabalho em março

A economia dos Estados Unidos criou 303 mil empregos em março, em termos líquidos. O resultado ficou bem acima do teto das expectativas de analistas consultados, que variavam de 150 mil a 245 mil postos de trabalho, com mediana de 200 mil. O Departamento do Trabalho também revisou ligeiramente para baixo o número de criação de empregos de fevereiro, de 275 mil para 270 mil. **PÁGINA 5**

TECNOLOGIA



Sidney: inovação não tira espaço do banco tradicional

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, rebateu na sexta-feira, 5, avaliações de que os bancos tradicionais estejam perdendo espaço para os bancos digitais na corrida da inovação. "Qual banco não é digital? Todos somos". Segundo ele, não existe defasagem de inovação entre bancos tradicionais e novos players. "Há espaço para todos da indústria financeira." **PÁGINA 2**

OBRAS



Ricardo Stuckert - PR

O MINISTRO DAS CIDADES, JADER FILHO, E O PREFEITO DE RECIFE, JOÃO CAMPOS, ASSINARAM ORDEM DE SERVIÇO PARA OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NA CAPITAL PERNAMBUCANA. O ato ocorreu em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Recife, e prevê investimento de R\$ 40 milhões a partir de convênio entre a gestão municipal e o governo federal. "Às vezes, uma obra de R\$ 10 milhões ou de R\$ 5 milhões para a comunidade vale mais do que um viaduto de bilhões, vale mais do que um aeroporto de R\$ 6 bilhões ou 7 bilhões que o pobre nunca vai chegar nem perto." **PÁGINA 7**

FINANCIAMENTO

Receita previdenciária não vai cobrir despesas

O Tesouro Nacional avalia que, no horizonte de 77 anos, as receitas previdenciárias arrecadadas no País serão insuficientes para cobrir as respectivas despesas. O órgão estima que a necessidade de financiamento da Previdência - prevista em 2,45% do PIB este ano - poderá atingir o patamar de 10,3% no ano de 2100. **PÁGINA 4**

PREVISÕES

Trabalho com qualificação técnica pode elevar o PIB

O Ministério da Fazenda calculou que o aumento de 10% na oferta e uso de trabalho com qualificação técnica poderia ampliar o PIB em 3,2%. A conclusão é feita em estudo da pasta para medir o impacto do programa Juros por Educação, apresentado pelo ministro Fernando Haddad, que ainda precisa ser enviado ao Congresso. **PÁGINA 3**

DESVARIO

Cármen: é delírio o poder moderador do Exército

A ministra do STF Cármen Lúcia votou contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como um "poder moderador" como "delírio antijurídico". **PÁGINA 7**

GOIÁS

Divulgação



Fábrica da Mitsubishi receberá investimentos

A fábrica que produz os carros da Mitsubishi em Catalão, Goiás, receberá investimentos de R\$ 4 bilhões até 2032. Os recursos serão direcionados ao desenvolvimento de tecnologias e adequações da fábrica para a produção de novos veículos. **PÁGINA 8**

IBOVESPA 126.795,41 ↓ -0,05%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
IRBBRASIL REON NM	42,35	+13,21%	+4,94
VIBRA ON NM	25,40	+1,56%	+0,39
LWSA ON NM	5,27	+1,35%	+0,07
BRF SA ON NM	16,17	+1,25%	+0,20
BBSEGURIDADEON NM	32,96	+0,92%	+0,30

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORECSA ON NM	21,050	-4,27%	-0,940
MAGAZ LUIZA ON NM	1,71	-3,39%	-0,06
PETZ ON NM	3,95	-2,71%	-0,11
REDE D OR ON EJ NM	25,250	-3,18%	-0,830
LOJAS RENNERON NM	16,94	-2,64%	-0,46

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
FII HEDGE DVCI	101,50	-0,34%	-0,35
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	32,73	-0,18%	-0,06
VALE ON NM	59,71	-1,09%	-0,66
IRBBRASIL REON NM	42,35	+13,21%	+4,94
PETROBRAS PN N2	38,10	+0,58%	+0,22

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.904,04	+0,80%
S&P 500	5.204,34	+1,11%
NASDAQ	16.248,52	+1,24%
DAX 30	18.175,04	-1,24%
FTSE 100	7.911,16	-0,81%
IBEX 35	10.916,00	-1,58%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,065	5,065	↑ 0,29%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,14%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,487	5,488	↑ 0,31%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,402	6,406	↑ 0,15%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
343,00	2.329,93

INVESTIMENTOS

Sidney: inovação não tira espaço das instituições

O presidente da Febraban disse que os investimentos dos bancos em tecnologia chegarão a R\$ 45 bilhões

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, rebateu na sexta-feira, 5, avaliações de que os bancos tradicionais estejam perdendo espaço para os bancos digitais na corrida da inovação. "Qual banco não é digital? Todos somos", disse Sidney, após sustentar, em seminário do Lide, que não existe tecnologia ou inovação não adotada ou em implementação pelos bancos tradicionais.

Ele dedicou boa parte de sua participação no seminário para rechaçar a pecha de que bancos tradicionais estariam no passado, enquanto os novos competidores estariam no futuro. "Discordo que inovação e tecnologia tiram espaço dos bancos tradicionais", assinalou, acrescentando que os investimentos dos bancos em tecnologia devem chegar a R\$ 45 bilhões em 2024.

Segundo ele, não existe defasagem de inovação entre bancos tradicionais e novos players. "Há espaço para todos da indústria financeira."

Após dizer que 115 bancos estão associados à Febraban, o presidente da entidade afirmou que todos estão engajados em fazer da inovação um veículo de democratização dos serviços financeiros.

Só na consolidação do Open Finance, a plataforma de compartilhamento de dados bancários do Banco Central (BC), estão envolvidas 320 pessoas da Febraban e dos bancos, pontuou.

Sidney defendeu a união do setor na agenda de redução do custo do crédito, onde, avaliou, o marco de garantias deve au-

dar os bancos a oferecer condições de financiamento mais acessíveis.

No mesmo evento em São Paulo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez na manhã de sexta-feira uma apresentação da agenda de inovação da autarquia. Ao fazer a sua intervenção em um painel que também teve, entre os presentes, o ex-presidente do BC Henrique Meirelles, Campos Neto disse que a agenda tem hoje um foco especial no Open Finance e no Drex.

Em relação ao Open Finance, projeto no qual o BC está debruçado no momento, Campos Neto pontuou que a plataforma não tem adoção rápida como o Pix, o sistema de pagamentos financeiros instantâneos que já alcançou 200 milhões de transações num dia, volume superior ao de mercados como a Índia.

Segundo Campos Neto, uma das preocupações do BC na construção do Open Finance foi de equacionar problemas observados na implementação da plataforma em outros países, como divisão dos custos da transferência de dados, a segurança e a experiência do usuário.

"Em vários elementos, a experiência do usuário não foi boa em outros países", disse o presidente do BC.

O presidente do Banco Central chamou de "fake news" os rumores de que ele tenha um candidato para indicar como seu sucessor no comando da autarquia. "Não tenho nenhum candidato. De onde saiu isso?", afirmou Campos Neto, após dizer que leu isto pela manhã.

Ele termina o mandato em 31 de dezembro e defendeu, nesta semana, que a sabatina

de seu sucessor aconteça ainda neste ano.

Na sexta-feira, em seminário do Lide, Campos Neto também negou com veemência a notícia de que ele tem planos de abrir uma fintech em Miami após deixar o BC.

"Não tenho nenhum pensamento em fazer fintech em Miami. Isso nunca passou pela minha cabeça", assegurou o presidente do BC.

O presidente do Banco Central reiterou a avaliação de que o Produto Interno Bruto (PIB) potencial aumentou. Segundo ele, "evidências anedóticas" indicam que a capacidade de crescimento da economia subiu "um pouquinho", na esteira não apenas das reformas realizadas nos últimos anos, mas também da facilitação das transações financeiras permitida pelo Pix.

"Não temos estudos que correlacionem intermediação financeira com PIB potencial, mas sabemos que uma coisa está ligada à outra", disse o presidente do BC, ao ser questionado, em seminário do Lide, sobre o impacto do Pix no potencial de crescimento da economia.

Ao elencar possíveis impulsores do PIB potencial, ele citou a diminuição nos prazos de abertura de empresas, a flexibilidade nas contratações após a reforma trabalhista, e o Pix, que, observou, estimulou a criação de negócios.

"São exemplos que nos levam a crer que o PIB potencial tem melhorado", afirmou Campos Neto. "Temos a percepção de que o PIB potencial subiu um pouquinho", reforçou o presidente do BC.

O ex-presidente do Banco Central (BC) Henrique Meirelles saiu em apoio à autonomia



Sidney defendeu a união do setor na agenda de redução do custo do crédito, onde o marco de garantias deve ajudar os bancos

financeira da autarquia, após se encontrar com Campos Neto, que tem defendido a proposta. Ao deixar um seminário do Lide, Meirelles considerou que a autonomia operacional do BC funcionou muito bem, mas avaliou que o arcabouço da instituição pode ser aprimorado com a independência financeira.

"Acho importante porque ela dá ao Banco Central, que passaria a ser o equivalente a uma empresa pública, a capacidade de avaliar pagamentos dos seus funcionários, sem ficar

sujeito a medidas burocráticas do governo", disse Meirelles, em entrevista a jornalistas. "Considerando a importância do Banco Central, acho importante essa autonomia financeira", acrescentou.

Com o mandato de Campos Neto a oito meses do fim, Meirelles destacou também que o BC precisa ter uma sucessão "tranquila", dado o período crítico, até dezembro, ao controle das expectativas de inflação.

Questionado também sobre a crise que pode levar a uma

troca no comando da Petrobras, Meirelles, que já foi ministro da Fazenda, durante do governo Michel Temer, defendeu que a estatal não seja usada politicamente.

Julgou ainda que a petroleira deve respeitar a distribuição de dividendos aos acionistas. "O governo é um acionista, mas não é o único. Na medida em que uma empresa está no mercado, tem milhares de outros acionistas, é importante que sejam respeitados", afirmou Meirelles.

DESCONTROLE

Receita previdenciária será insuficiente para cobrir gastos nos próximos 77 anos

O Tesouro Nacional avalia que, no horizonte de 77 anos, as receitas previdenciárias arrecadadas no País serão insuficientes para cobrir as respectivas despesas. O órgão estima que a necessidade de financiamento da Previdência - prevista em 2,45% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano - poderá atingir o patamar de 10,3% no ano de 2100. Os dados foram apresentados na publicação anual do Balanço Geral da União (BGU).

"As receitas previdenciárias

serão insuficientes para a cobertura das respectivas despesas no horizonte de 77 anos. Mantendo-se, no futuro, o mesmo comportamento das hipóteses e parâmetros utilizados no cálculo, haverá crescimento do déficit previdenciário", diz o relatório divulgado na sexta-feira, 5. O estudo leva em conta a grade de parâmetros divulgada em janeiro pela Secretaria de Políticas Econômicas (SPE).

De acordo com a estimativa feita pelo Tesouro, as receitas previdenciárias che-

gariam a R\$ 636,545 bilhões este ano (5,53% do PIB) e as despesas, R\$ 918,834 bilhões (7,98% do PIB). Com a insuficiência de arrecadação para cobrir os gastos, a necessidade de financiamento da Previdência, portanto, chega a R\$ 326,168 bilhões (2,45% do PIB). Em 2057, a necessidade de financiamento atingiria a casa dos 5% do PIB. Em 2097, chegaria aos 10,04% do PIB; em 2100, o patamar é esperado em 10,30% do PIB.

Na avaliação do econo-

mista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os dados mostram que a Previdência, mesmo após a reforma aprovada em 2019, continua a ser um problema para o alcance e a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

"Quando da aprovação da Emenda Constitucional, naquele ano, eu avisei que, pelas concessões que acabaram sendo feitas à época, acabaria sendo preciso voltar ao tema em 5 ou 10 anos. Hoje, confirmo esse prognós-

tico", disse Salto. O economista reforça que, em meio à evolução das despesas e à dinâmica da população economicamente ativa já não mais auxiliada pelo chamado bônus demográfico, o País terá um "encontro marcado" com o tema da Previdência.

O diagnóstico é compartilhado pelo economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Segundo ele, a reforma aprovada em 2019 foi "incompleta" e a discussão precisará ser enfrentada novamente

no futuro. Ele aposta que o debate deva ocorrer depois de 2027. "Tem um cenário fiscal por conta da Previdência que a gente vai precisar novamente fazer reforma. Isso estava muito claro e muito presente desde a reforma de 2019", disse.

O economista considera que a política econômica adotada pelo atual governo, centrada em aumento de receitas, também traz desafios à estrutura fiscal. "O governo optou por fazer ajuste baseado em arrecadação, não fez um olhar mais atento à questão do gasto e agora vai ter que fazer algumas reformas importantes nessa estrutura para evitar que você tenha um descontrole lá na frente. Uma delas é voltar à questão da previdência", disse.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Accesse nossa edição digital:



RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

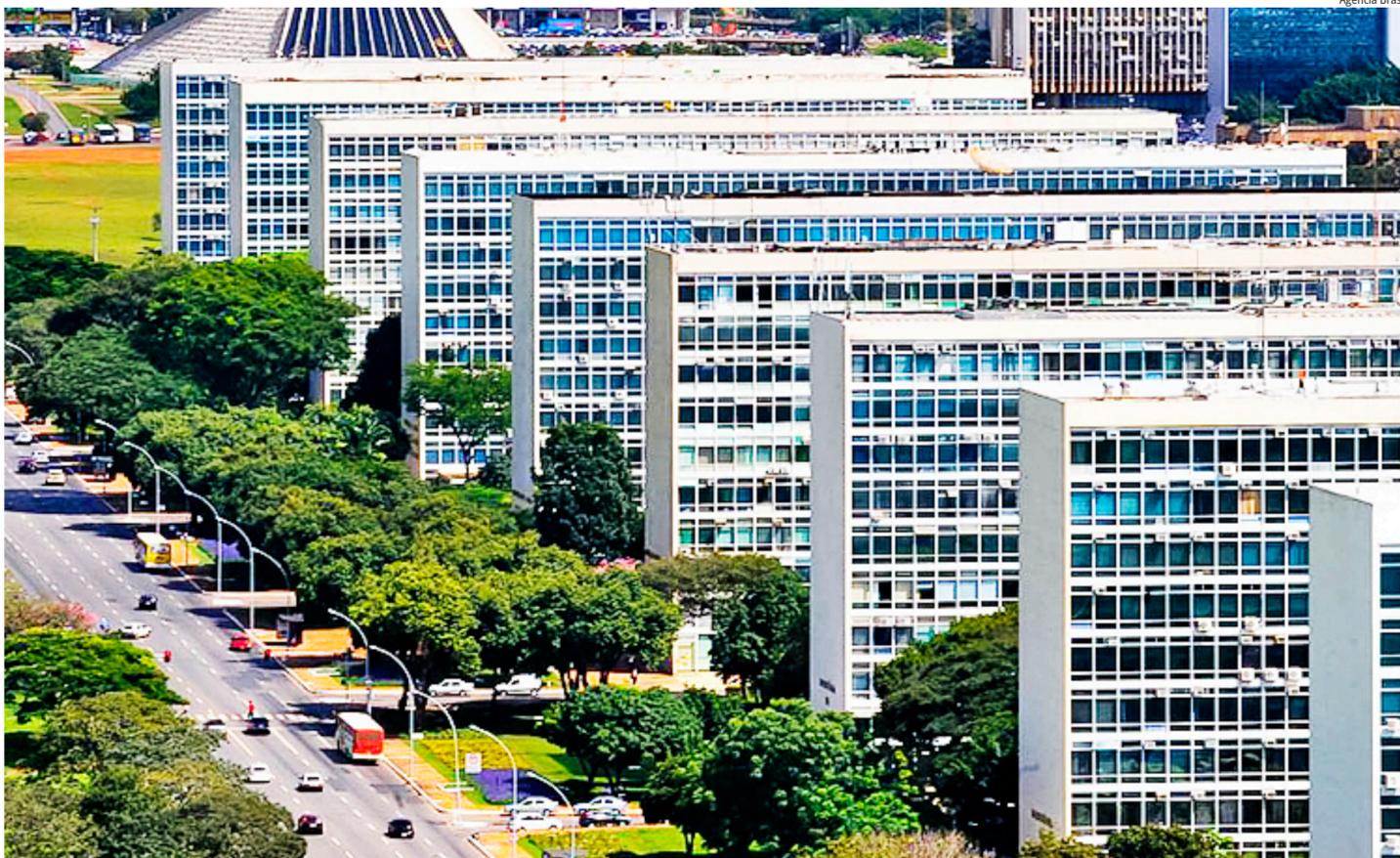
REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

PIOR DESEMPENHO

Setor público registrou déficit de R\$ 48 bilhões em fevereiro

A dívida bruta do Governo Geral ficou em R\$ 8,301 trilhões no segundo mês de 2024, o que representa 75,5% do PIB. O pico da série foi alcançado em 2020



O setor público consolidado teve um resultado negativo de R\$ 65,166 bilhões com juros em fevereiro, após esta rubrica ter encerrado janeiro com um gasto de R\$ 79,914 bilhões

O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou déficit primário de R\$ 48,692 bilhões em fevereiro, após resultado positivo de R\$ 102,146 bilhões de janeiro, informou o Banco Central na sexta-feira, 5.

O resultado de fevereiro foi o pior desempenho das contas consolidadas do País para o mês na série histórica do BC, que foi iniciada em 2001. Em fevereiro de 2023, houve déficit primário de R\$ 26,453 bilhões. O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado primário consolidado de fevereiro veio bem próximo da mediana deficitária de R\$ 49,000 bilhões. O intervalo das projeções de analistas do mercado financeiro, todas negativas, iam de R\$ 57,100 bilhões a R\$ 21,600 bilhões.

No segundo mês do ano, o resultado fiscal foi composto por um déficit de R\$ 57,821 bilhões

do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado positivamente com R\$ 8,646 bilhões. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 7,486 bilhões, os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 1,160 bilhão. As empresas estatais registraram superávit de R\$ 483 milhões no mês.

O setor público consolidado registrou um déficit nominal de R\$ 113,858 bilhões em fevereiro. Em janeiro, o resultado nominal havia sido superavitário em R\$ 22,232 bilhões e, em fevereiro de 2023, o saldo foi negativo em R\$ 90,606 bilhões.

No ano até fevereiro, o resultado é de déficit de R\$ 91,626 bilhões, ou 5,16% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 12 meses, o déficit nominal nas contas consolidadas do País chegou à marca de R\$ 1,015 trilhão - o pior resultado nessa base de comparação desde janeiro de 2021. Em percentual do PIB, ficou em 9,24%. No ano passado, o resultado foi deficitário em R\$ 967,417 bilhões - 8,90% do PIB.

O resultado nominal representa a diferença entre recei-

tas e despesas do setor público, já após o pagamento dos juros da dívida pública. No segundo mês de 2024, o governo central registrou déficit nominal de R\$ 114,750 bilhões. Os governos regionais tiveram saldo positivo de R\$ 839 milhões, enquanto as empresas estatais registraram superávit nominal de R\$ 53 milhões.

A dívida pública brasileira subiu em fevereiro. Dados divulgados pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral ficou em R\$ 8,301 trilhões no segundo mês de 2024, o que representa 75,5% do Produto Interno Bruto (PIB) - contra 75,1% em janeiro e 74,4% em dezembro.

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências

globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por sua vez, subiu no segundo mês de 2024 para 60,9% do PIB, ante 60,1% em janeiro. A DLSP atingiu R\$ 6,693 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

O setor público consolidado teve um resultado negativo de R\$ 65,166 bilhões com juros em fevereiro, após esta rubrica ter encerrado janeiro com um gasto de R\$ 79,914 bilhões.

Conforme o BC, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve no segundo mês de 2024 despesas na conta de juros de R\$ 56,929 bilhões. Os governos regionais registraram gastos de R\$ 7,807 bilhões e as empresas estatais, despesas de R\$ 429 milhões.

No ano até fevereiro, a despesa acumulada do setor público com juros foi de R\$ 145,080 bilhões, ou 8,16% do Produto Interno Bruto (PIB). Em

12 meses, o resultado negativo é de R\$ 746,901 bilhões, o que também representa 6,80% do PIB no período.

A caderneta de poupança voltou a ficar no azul em março, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC). A aplicação registrou depósito líquido de R\$ 1,339 bilhão no mês passado, depois do resultado negativo de R\$ 3,823 bilhões em fevereiro. Em relação aos anos anteriores, foi o melhor resultado desde 2020 (R\$ 12,168 bilhões). Nos três anos posteriores, houve saques líquidos da caderneta em março.

No mês passado, foram aplicados na poupança R\$ 324,719 bilhões, enquanto R\$ 323,380 bilhões foram sacados pelos brasileiros. Considerando o rendimento de R\$ 4,873 bilhões, o saldo total da caderneta somou R\$ 975,769 bilhões ao fim de março.

Atualmente, com a taxa Selic a 10,75% ao ano, a poupança é remunerada pela taxa referencial (TR), hoje em 0,0850% ao mês, mais uma taxa fixa de 0,5% ao mês (6,17% ao ano). Quando a Selic está abaixo de 8,5%, a atualização é feita pela TR mais 70% da taxa básica de juros.

EDUCAÇÃO



Ocupações de nível médio lideram

Trabalho com qualificação técnica elevaria PIB em 3,2%

O Ministério da Fazenda calculou que o aumento de 10% na oferta e uso de trabalho com qualificação técnica poderia ampliar o PIB em 3,2% no médio e longo prazo. A conclusão é feita em estudo da pasta para medir o impacto do programa Juros por Educação, apresentado pelo ministro Fernando Haddad na semana passada, mas que ainda precisa ser enviado ao Congresso. Nele, a União se propõe a reduzir os juros da dívida cobrados de Estados em troca de os entes assumirem compromissos de investimentos no Ensino Médio Técnico (EMT).

A publicação do estudo vem no momento em que a Fazenda precisa fazer um trabalho de convencimento sobre a proposta junto aos parlamentares e governadores. É antigo o pleito dos executivos estaduais por ajustes nas regras que envolvem os passivos dos Estados junto à União.

Com o envolvimento do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - que vem de um Estado que tenta aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) -, a pauta avançou nos últimos meses. O desenho proposto por Haddad, no entanto, desagradou Pacheco.

A análise feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) apontou que a expansão da oferta e uso de trabalho com qualificação técnica geraria ganhos de atividade econômica, emprego e renda para todos os Estados.

"Para o aumento de 1% na oferta/uso de trabalho com qualificação técnica e médio profissionalizante, observá-se, no médio a longo prazo, aumento acumulado de 0,32% no PIB do país. De outro modo, o aumento de 10% na oferta e uso de trabalho com qualificação técnica poderia ampliar o PIB em 3,2% nos médio e longo prazos", afirmou a secretaria.

De acordo com a SPE, as ocupações com maiores impactos econômicos são as de profissionais de nível médio em operações financeiras e administrativas e de profissionais de nível médio das ciências e das engenharias. A pasta avalia, por outro lado, que a maior formação de mão de obra qualificada não é capaz de promover automaticamente ganhos estruturais.

"É preciso que, concomitantemente, haja incentivo à criação de empregos de qualidade, que absorvam e remunerem essas qualificações como técnicas", diz o estudo.

O programa estimula, especialmente, atividades ligadas à saúde, transporte aéreo, serviços de engenharia e de informática, além de setores da indústria de transformação.

De acordo com o estudo, o crescimento de 0,32% do PIB correspondente ao aumento de 1% na oferta de trabalho com qualificação técnica impactaria principalmente o agregado de investimento (0,51%), seguido de exportações (0,39%) e consumo das famílias (0,32%).

"A expansão do emprego em 0,5% decorre tanto da elevação de 1% nas ocupações técnicas como da elevação nas demais ocupações, efeito decorrente da expansão da atividade econômica", diz a nota.

PASSAGENS AÉREAS

IGP-DI registrou queda de 0,30% em março

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou queda de 0,30% em março, após uma redução de 0,41% em fevereiro, divulgou na sexta-feira, 5, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A queda foi menor que a mediana das estimativas do mercado, negativa de 0,39%. O intervalo das previsões era de queda entre 0,70% e 0,14%. Com o resultado, o IGP-DI acumulou uma redução de 0,97% no ano. Em 12 meses, houve recuo acumulado de 4,00%.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O IPA-DI, que representa o ata-

cado, teve redução de 0,50% em março, ante uma queda de 0,76% em fevereiro. O IPC-DI, que apura a evolução de preços no varejo, subiu 0,10% em março, após aumento de 0,55% em fevereiro. Já o INCC-DI, que mensura o impacto de preços na construção, teve elevação de 0,28% em março, depois de uma alta de 0,13% em fevereiro. O período de coleta de preços para o índice de março foi do dia 1º ao dia 31 do mês.

O núcleo do Índice de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna (IPC-DI) de março subiu 0,27%, após a elevação de 0,42% registrada em fevereiro. O núcleo do IPC-DI

é usado para mensurar tendências e calculado a partir da exclusão das principais quedas e das mais expressivas altas de preços no varejo. De acordo com a FGV, o núcleo acumulou uma elevação de 1,07% no ano. Em 12 meses, o núcleo acumula alta de 3,64%.

Os recuos de preços nas passagens aéreas (-12,03%) e em alimentos como batata-inglesa (-16,51%) e cenoura (-6,51%) ajudaram a desacelerar a inflação no varejo medida pelo IGP-DI.

Sete das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais baixas: Transportes (de 0,87% em fevereiro

para 0,21% em março), Educação, Leitura e Recreação (de -1,17% para -2,22%), Alimentação (de 1,06% para 0,56%), Despesas Diversas (de 2,05% para 0,42%), Comunicação (de 0,43% para -0,31%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,56% para 0,32%) e Vestuário (de 0,34% para -0,03%).

As principais contribuições partiram dos itens: gasolina (de 2,60% para 0,35%), passagem aérea (de -6,51% para -12,03%), hortaliças e legumes (de 5,75% para -0,54%), serviços bancários (de 3,51% para 0,74%), combo de telefonia, internet e TV por assinatura (de 0,49% para -0,46%), artigos

de higiene e cuidado pessoal (de 0,95% para 0,40%) e roupas (de 0,33% para -0,11%).

Na direção oposta, a taxa foi mais elevada no grupo Habitação (de 0,32% para 0,53%), pressionada pela tarifa de eletricidade residencial, que passou de -1,50% em fevereiro para 0,35% em março.

O núcleo do IPC-DI teve alta de 0,27% em março, após um aumento de 0,42% em fevereiro. Dos 85 itens componentes do IPC, 43 foram excluídos do cálculo do núcleo. O índice de difusão, que mede a proporção de itens com aumentos de preços, passou de 65,48% em fevereiro para 56,77% em março.

FISCALIZAÇÃO

Receita eleva em 63,6% valor de autuações fiscais

O ano de 2022 foi atípico na atuação do órgão, que fez apenas 250 mil autuações, com valor de R\$ 137,8 bilhões, uma queda expressiva

O número de autuações fiscais da Receita Federal cresceu fortemente no ano passado, o primeiro da gestão de Fernando Haddad à frente do Ministério da Fazenda, que se voltou à recuperação da base fiscal no esforço de zerar o déficit público. Relatório Anual de Fiscalização do órgão apontou que foram lavrados 369 mil autos, um avanço de 47,3% frente a 2022, com R\$ 225,5 bilhões em crédito tributário constituído de ofício, alta de 63,6% na comparação com o ano anterior.

Os dados foram divulgados na sexta-feira, 5, no Relatório Anual de Fiscalização do órgão. A Subsecretaria de Fiscalização, Andrea Costa Chaves, atribuiu o resultado à estratégia da Receita focada em temas prioritários de maior risco.

Além disso, lembrou que o ano de 2022 foi atípico na atuação do órgão, que fez apenas 250 mil autuações naquele ano, com valor de R\$ 137,8 bilhões, o

que à época representou uma queda expressiva em relação ao resultado de 2021.

“Estamos muito criteriosos no nosso planejamento da fiscalização em temas relevantes”, disse ela, em coletiva de imprensa sobre o relatório, que traz dados de 2023 e o planejamento para 2024.

A subsecretaria lembrou também que a Receita não consegue necessariamente recuperar a totalidade do valor das autuações. Parte desses créditos podem ter o pagamento parcelado ou são contestados pelos contribuintes, por exemplo.

Do resultado das fiscalizações, R\$ 215,9 bilhões se referem a autuações em pessoas jurídicas, com 41,2 mil procedimentos fiscais. No caso de pessoas físicas, o valor fechou em R\$ 9,7 bilhões, com 1,9 mil fiscalizações e multas e 327,9 mil revisões de declaração. Além disso, 81,3% do valor total constituído no ano passado sobre empresas ficou concentrado na fiscalização de maiores contribuintes, com créditos de R\$ 175,6 bilhões.

Por tributos, a maior parte dos lançamentos foi referente a IRPJ e CSLL, com R\$ 128,1 bilhões. Em seguida vem o PIS/Cofins, com R\$ 32,1 bilhões e Contribuição Previdenciária, com R\$ 20,4 bilhões.

Entre os tratamentos de riscos priorizados pela Receita em 2023, estiveram ações relacionadas ao prejuízo fiscal de empresas, à atividade rural e à subvenção para investimentos - que foi alvo de alteração legal no ano passado.

Segundo o órgão, foram enviados 562 comunicados a empresas sujeitas ao monitoramento de maiores contribuintes com indícios de irregularidade nas exclusões de subvenções estaduais.

Como resultado, houve redução de R\$ 490 milhões nas exclusões das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. “Iniciada a etapa de fiscalização para os casos em que não houve a autorregulamentação, as autuações finalizadas já constituíram R\$ 181 milhões em crédito tributário”, apontou a Receita.



Andrea Costa Chaves atribuiu o resultado à estratégia da Receita focada em temas prioritários de maior risco

SEGUROS

IRB(Re) fecha 2023 com lucro líquido de R\$ 114,2 milhões

O IRB(Re) fechou 2023 com lucro líquido de R\$ 114,2 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 630,3 milhões apurado em 2022. Houve crescimento de R\$ 744,5 milhões na comparação anual.

Os números, divulgados no último dia 28, consideram a Visão Negócio e mostram a evolução do ressegurador, que obteve resultado positivo pelo quarto trimestre consecutivo: R\$ 37,9 milhões no 4T23 frente prejuízo de R\$ 38,8 milhões no 4T22.

“Nossos números mostram que, trimestre a trimestre, evoluímos de forma consistente nos resultados líquido e de subscrição. Iniciamos 2023 com índice de solvência de 101% e encerramos com 146%, com a geração de resultados do negócio. Trabalhamos para produzir resultados sustentáveis, no longo prazo. É claro que, entre os

meses e os trimestres, pode haver uma volatilidade inerente ao negócio. Mas temos confiança que continuaremos evoluindo trimestre a trimestre”, comenta Marcos Falcão, CEO do IRB(Re).

O resultado de subscrição do IRB(Re) também avançou e encerrou 2023 positivo em R\$ 155 milhões, frente a R\$ 1,4 bilhão negativo do ano anterior. A linha rural registrou o melhor resultado, com R\$ 216 milhões em 2023 contra R\$ 949,9 milhões negativos em 2022. Vale destacar que, no ano passado, o resultado de subscrição no Brasil foi positivo: passou de R\$ 893 milhões negativos, em 2022, para R\$ 352,8 milhões positivos. Já no exterior, em 2023, o resultado de subscrição evoluiu, mas ainda foi negativo em R\$ 197,7 milhões, ante R\$ 556,4 milhões negativos em 2022.

Líder de mercado completa 85 anos de fundação e consolida força nacional

Líder do mercado de resseguros no Brasil, o IRB(Re) completou 85 anos de fundação. Criado em 3 de abril de 1939 pelo presidente Getúlio Vargas, o ressegurador nasceu para regular e reter os riscos de empresas brasileiras, até então transferidos para o exterior. Em 1970, a data de fundação da companhia inspirou a assinatura do decreto que regulamentou a profissão e instituiu o dia do atuário.

“Construímos um conhecimento sobre resseguros no Brasil que nenhuma outra empresa tem. Graças à capa-

cidade técnica dos nossos colaboradores, contribuímos para o desenvolvimento do país, assumindo riscos com responsabilidade. Atualmente, um terço do nosso time é composto por atuários”, conta Marcos Falcão, CEO do IRB(Re), que lançou hoje a marca comemorativa da empresa.

“Chegamos aos 85 anos com espírito de startup, buscando novas soluções e oportunidades para ampliar o mercado de seguros e resseguros e reduzir o gap de proteção da nossa sociedade”, completa Falcão.



Da esquerda para direita: Júlio Santos, Sales Leader da Azos; Sonia Marra, presidente da Comissão da Mulher do CCS-RJ; Dayse Magesti, diretora do CCS-RJ; Marcia Accorsi, gerente comercial Rio de Janeiro da Azos e Marco Aurélio Marques, diretor do CCS-RJ.

Azos Seguros é a mais nova patrocinadora do CCS-RJ

Em café da manhã realizado na sede do Clube de Corretores de Seguros do Rio de Janeiro (CCS-RJ), na última semana de março, a Azos Seguros foi apresentada aos corretores como a mais nova patrocinadora do Clube.

“Demos as boas-vindas a Azos Seguros, uma startup que chega ao CCS-RJ apresentando sua história e um produto muito interessante, um seguro de vida inovador que pode ser contratado em módulos, personalizado as necessidades de cada cliente. Isso de forma muito ágil e prática”, explica Dayse Magesti, diretora do CCS-RJ.

Também estiveram presentes na ocasião da apresentação da empresa parceria do CCS-RJ, Marco Aurélio Marques e Sonia Marra, diretor e presidente da Comissão da Mulher do CCS-RJ, respectivamente.

Pela Azos estavam Júlio Santos, Sales

Leader e Marcia Accorsi, gerente comercial Rio de Janeiro. Marcia destaca a parceria e patrocínio ao CCS-RJ.

“Muito importante ter o Clube como parceiro da Azos, para fortalecer nossa presença no mercado e o relacionamento com os corretores de seguros”. E completa “a Azos é uma grande oportunidade para os corretores oferecerem seguro de vida para seus clientes pela praticidade, agilidade, autonomia e gestão dos negócios. Também oferecemos remuneração e campanhas bem atrativas para os corretores de seguros”.

Fundado no ano de 1980, o Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro busca estimular encontros e debates para o desenvolvimento do setor e da categoria. A entidade promove a articulação estratégica e continua com todos os integrantes do sistema nacional de seguros privados. <http://ccsrj.com.br/>

Delphos avalia retomar estudos sobre sistema antifraudes

A presidente da Delphos, Elisabete Prado, comentou no último dia 26, durante o evento “Almoço com seguro”, promovido pelo CVG-RJ e cujo tema foi “Fraude no seguro saúde”, que ficou empolgada com as discussões ocorridas no evento, e considera a retomada das avaliações com a indústria securitária para desenvolvimento de um sistema antifraudes, cujo piloto foi apresentado pouco antes da pandemia, mas não avançou em razão de outras prioridades.

“Parece não haver um sistema que possa englobar todas as necessidades e que seja acessível e com alcance para todo o mercado segurador”, enfatizou Elisabete.

Há alguns anos, a Delphos elaborou um projeto-piloto para apresentar ao mercado. O piloto tinha justamente o objetivo de criar um sistema para agregar valor através do uso de um conjunto de estratégias para prevenção e detecção de fraudes de seguros, por entender que os impactos da fraude não recaem somente sobre as seguradoras, mas sim sobre toda a sociedade, uma vez que gera aumento do preço do seguro, prejudicando a entrada de novos consumidores.

“Nossos esforços previam a criação de mecanismos para retroalimentar e contribuir para o equilíbrio do gerenciamento dos riscos assumidos pelas seguradoras”.

CETICISMO

Israel demite oficiais depois da morte de trabalhadores

A decisão de realizar um bombardeio aéreo nos carros dos trabalhadores humanitários foi "executada em grave violação" dos procedimentos das FDI

As Forças de Defesa de Israel (FDI) afirmaram na sexta-feira, 5, que demitiram dois oficiais e repreenderam outros três por seus papéis nos ataques de drones em Gaza que mataram sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK) em uma missão de entrega de alimentos, dizendo que eles haviam ignorado informações críticas e violado as regras de engajamento do Exército.

As conclusões da investigação de um general reformado sobre as mortes que ocorreram na terça-feira, 2, ressaltam um raro pedido de desculpas de Israel, que está sendo pressionado por aliados como os EUA por não fazer o suficiente para proteger os civis em Gaza em meio a guerra com o grupo terrorista Hamas.

O Exército apontou que os resultados da sua investigação foram entregues ao advogado-geral dos militares, que decidirá se os oficiais ou qualquer outra pessoa envolvida nas mortes devem receber mais punições ou ser processados. Um dos demitidos era major e o outro coronel. O oficial mais sênior era chefe do Comando Sul de Israel.

É provável que as conclusões renovem o ceticismo sobre a tomada de decisões dos militares israelenses. Grupos de ajuda humanitária e organizações de direitos humanos acusam as forças israelenses de disparos imprudentes contra civis durante o conflito, uma acusação que Israel nega.

"É uma tragédia", disse o porta-voz das FDI, o contra-almirante Daniel Hagari, aos repórteres. "É um evento sério pelo qual somos responsáveis e não deveria ter acontecido e vamos garantir que não aconteça novamente."

As Forças de Defesa de Israel divulgaram na sexta-feira os resultados de sua investigação sobre o ataque, apontando que a decisão de realizar um bombardeio aéreo nos carros dos trabalhadores humanitários foi "executada em grave violação"



Gaza: as FDI não sabiam que estavam atacando os trabalhadores da WCK e estavam convencidas de que tinham como alvo terroristas do Hamas

dos procedimentos das FDI. O Exército israelense também afirmou que considera o ocorrido um "erro grave decorrente de uma falha grave devido a uma identificação errada" de que os veículos transportavam terroristas do Hamas.

Várias regras processuais foram quebradas, disse a IDF. Os operadores do drone que estava rastreando o comboio não foram informados do trajeto dos trabalhadores humanitários.

As FDI não sabiam que estavam atacando os trabalhadores da WCK e estavam convencidas de que tinham como alvo terroristas do Hamas, disse Yoav Har-Even, chefe do mecanismo de apuração e avaliação das FDI. Embora os veículos da World

Central Kitchen estejam marcados com o logotipo e o nome da organização em seus tetos, esse logotipo não era visível para as câmeras que rastreavam o veículo à noite, disse Har-Even - um fator chave na falha, acrescentou.

As forças israelenses identificaram um homem armado em um dos carros de ajuda durante uma operação para transferir ajuda humanitária do WCK para a Faixa de Gaza e depois identificaram um homem armado adicional, disse o comunicado de sexta-feira.

"Depois que os veículos saíram do armazém onde a ajuda foi descarregada, um dos comandantes presumiu erroneamente que os homens armados estavam localizados dentro dos veículos que os acompanhavam e

que eram terroristas do Hamas. As forças não identificaram os veículos em questão como associados ao WCK."

Esta decisão de atacar o primeiro veículo foi o resultado da classificação incorreta de um passageiro pela operadora de veículo aéreo não tripulado, disse Har-Even. O operador do drone continuou a atirar nos carros, um após o outro, quando viu pessoas correndo do primeiro carro que foi atingido.

As FDI apontaram que três regras processuais foram violadas: O plano oficial de coordenação não foi comunicado para todos os oficiais envolvidos na logística da operação, os alvos do ataque aéreo foram confirmados apenas pela visão de um homem armado, o que foi consi-

derado um padrão insuficiente; e o bombardeio continuou de um carro para outro depois que o operador viu pessoas correndo do primeiro carro após o tiro.

A WCK enfatizou que seu comboio estava em coordenação com oficiais militares israelenses e tinha autorização para percorrer a rota. Na quinta-feira, 4, apelou a uma "investigação independente e de terceiros sobre estes ataques, incluindo se foram realizados intencionalmente ou violaram o direito internacional", acrescentando que tal inquérito era "a única forma de determinar a verdade do que aconteceu, garantir a transparência e a responsabilização dos responsáveis e evitar futuros ataques aos trabalhadores humanitários."

redução do balanço agora em andamento pelo Fed. Segundo ela, é apropriado decidir logo quando desacelerar essa redução, sem interrompê-la. O ritmo na redução pode ser "mais lento, mas ainda significativo", ponderou, e esse ajuste ajudaria a evitar riscos de solavancos nos mercados.

Logan também comentou, ao tratar do mercado de trabalho, a imigração e a inovação têm continuado a apoiar o lado da oferta da economia. No caso da imigração, suas implicações para a perspectiva econômica dependem, sem dúvida, de quanto durará a onda de chegadas ao país e de outros efeitos na demanda agregada, bem como na oferta agregada de trabalhadores, apontou

Já no campo da inovação ela afirmou que pode estar havendo "o começo de uma era de crescimento mais forte na produtividade". Logan disse que a inteligência artificial generativa "tem enorme potencial", mas acrescentou que ainda não é possível garantir que será concretizado esse aumento potencial na produtividade.

DESEMPREGO RECUA

EUA criam 303 mil empregos em março, bem mais que o esperado

A economia dos Estados Unidos criou 303 mil empregos em março, em termos líquidos, segundo relatório publicado na sexta-feira, 5, pelo Departamento do Trabalho do país. O resultado ficou bem acima do teto das expectativas de analistas consultados, que variavam de 150 mil a 245 mil postos de trabalho, com mediana de 200 mil.

O relatório, conhecido como payroll, mostrou também que a taxa de desemprego dos EUA recuou para 3,8% em março, ante 3,9% em fevereiro. A previsão era de que a taxa permaneceria em 3,9% no mês passado.

O Departamento do Trabalho também revisou ligeiramente para baixo o número de criação de empregos de fevereiro, de 275 mil para 270 mil, mas ajustou para cima o de janeiro, de 229 mil para 256 mil.

Em março, o salário médio por hora teve alta de 0,35% em relação a fevereiro, ou US\$ 0,12, a US\$ 34,69, variação que ficou um pouco acima da projeção do mercado, de 0,30%. Na comparação anual, houve ganho salarial de 4,14% no último mês, levemente superior à previsão de 4,10%.

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Richmond, Tom Barkin, afirmou na sexta-feira, 5, que o relatório de empregos de março dos Estados Unidos foi "bastante forte". Em breve declarações no início de um discurso, o dirigente, com direito a voto nas decisões de política monetária deste ano, tratou do tema.

Barkin defendeu que é preciso esperar para ver antes de decidir sobre corte de juros e afirmou: "Diante de um mercado de trabalho forte,

reafirmado nesta manhã, temos tempo para que as nuvens se dissipem antes de começar o processo de reduzir os juros."

O presidente do Federal Reserve de Dallas, Lorie Logan defendeu na sexta-feira que o BC dos EUA mantenha postura flexível, diante de incertezas no quadro inflacionário. Em discurso na Universidade Duke, ela disse estar "cada vez mais preocupada" com riscos de alta para a inflação no país, embora tenha também citado que a materialização desses riscos não é seu cenário-base atual.

Sem direito a voto neste ano nas decisões de política monetária, Logan destacou o progresso já conseguido na inflação, inclusive em uma economia ainda aquecida. A dirigente disse que "embora uma trajetória benigna de volta à

estabilidade de preços siga possível, eu vejo riscos significativos para um progresso continuado" nessa frente.

Logan disse que janeiro e fevereiro trouxeram surpresas para cima na inflação nos EUA, com números "desapontadoramente firmes".

Para ela, o risco não é de que a inflação volte a acelerar, mas sim que siga no nível atual, sem recuar mais para a meta de 2% do Fed em um intervalo de tempo "adequado".

Nesse contexto, ela argumentou que seria "muito cedo" para cortar juros, ao privilegiar uma abordagem "flexível" na política monetária, a depender do quadro. Ela também discutiu, em seu discurso, se a política monetária não estaria menos restritiva quanto apontado pela maioria das projeções atuais.

A dirigente tratou ainda da

CORTES



Apple planejava desfazer a equipe

Apple demite 600 funcionários após cancelar projeto de carro

A Apple está demitindo mais de 600 funcionários, no primeiro corte expressivo de vagas desde a pandemia de covid-19, após decidir cancelar projeto de desenvolver um carro elétrico. A gigante de tecnologia norte-americana entregou aviso prévio a 614 funcionários em 28 de março, segundo registros oficiais do Estado da Califórnia. Os cortes estão ocorrendo em oito escritórios de Santa Clara.

As demissões ocorrem pouco mais de um mês após relatos de que a Apple cancelou um projeto lançado há uma década de fabricar um carro elétrico autônomo.

Na ocasião, o The Wall Street Journal informou que a Apple planejava desfazer a equipe para veículos elétricos, uma vez que vinha ampliando investimentos em inteligência artificial (IA) generativa, sendo que alguns funcionários seriam transferidos para a área de IA e outros seriam demitidos.

A Apple anunciou ainda que realizará a Conferência Anual de Desenvolvedores (WWDC) online de 10 a 14 de junho de 2024. Desenvolvedores e estudantes poderão participar pessoalmente da comemoração do evento especial no Apple Park no dia da inauguração.

Gratuita para todos os desenvolvedores, a WWDC24 destaca as últimas melhorias para iOS, iPadOS, macOS, watchOS, tvOS e visionOS. Como parte do compromisso contínuo da Apple de ajudar desenvolvedores a aperfeiçoar seus apps e games, o evento também oferece acesso a especialistas da Apple e informações sobre as novas ferramentas, estruturas e recursos.

"Estamos muito animados para nos conectar com desenvolvedores do mundo todo para a semana extraordinária de tecnologia e comunidade da WWDC24", declarou Susan Prescott, vice president of Worldwide Developer Relations da Apple. "O objetivo da WWDC é compartilhar novas ideias e oferecer aos nossos desenvolvedores as ferramentas e os recursos inovadores para ajudá-los a criar algo ainda mais fantástico."

Além de conhecer os softwares e as tecnologias mais recentes da Apple assistindo à apresentação, desenvolvedores e estudantes poderão participar de toda a semana da WWDC24 pelo app Apple Developer, site do Apple Developer e YouTube. A conferência deste ano incluirá sessões de vídeo e oportunidades de interagir com designers e engenheiros da Apple e se conectar com a comunidade internacional de desenvolvedores.

A WWDC24 incluirá uma experiência presencial no dia 10 de junho e trará a oportunidade de assistir à apresentação no Apple Park, conhecer novos membros da equipe da Apple e participar de atividades especiais. O espaço será limitado. Mais informações sobre como se inscrever para participar estão disponíveis no site do Apple Developer e no app.

A Apple apoia a próxima geração de desenvolvedores por meio do Swift Student Challenge, um de muitos programas da Apple que visam incentivar as gerações futuras.

DIÁLOGO

Brasil deixa de apoiar comissão sobre crimes de guerra na Ucrânia

O representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada pela ONU poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra

O governo brasileiro se absteve numa votação no Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas e deixou de apoiar um pedido de extensão do prazo de trabalho da comissão de inquérito sobre crimes de guerra na Ucrânia. A comissão havia sido criada em março de 2022, com voto favorável do Brasil, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O Brasil foi um dos 17 países que se abstiveram na votação em Genebra, na Suíça. A resolução, no entanto, foi aprovada por 27 votos a favor e 3 contra.

Com isso o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia foi renovado por um novo período de um ano. Em abril de 2023, a comissão de inquérito havia sido postergada por 12 meses - ela seria encerrada caso não recebesse a nova extensão do mandato agora. No ano passado, o Brasil não era parte do conselho e, portanto, não participou da votação.

A reportagem pediu esclarecimentos ao Itamaraty sobre o que motivou a abstenção do Brasil e questionou se o posicionamento não se choca com políticas do atual governo de promoção dos direitos humanos, mas não obteve resposta.

Durante a votação na quinta-feira, o embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra.

Tovar Nunes ponderou que o País manifesta "profunda preocupação" com a situação na Ucrânia, "particularmente com as alegadas violações envolvendo crianças deslocadas e deportadas, ataques a civis e crescentes números de mortes".

"No entanto, permanecemos descontentes com o texto diante de nós. A resolução é desequilibrada e coloca o fardo das violações dos direitos humanos apenas em um lado do conflito, não deixando espaço suficiente para



Tovar Nunes ponderou que o País manifesta "profunda preocupação" com a situação na Ucrânia, "particularmente com as alegadas violações envolvendo crianças"

o diálogo que poderia criar condições para prevenir violações de direitos humanos e construir uma paz duradoura na região", afirmou o chefe da missão brasileira em Genebra.

"Desde a sua criação em 2002, o Brasil argumentou que a comissão de inquérito não parecia ser o mecanismo adequado para revisar os fatos no terreno. No momento de sua concepção, referências a processos judiciais futuros antecipavam o resultado das investigações propostas. À luz desses fatos, o Brasil vai se abster nesta resolução."

O embaixador também questionou menções no texto da resolução aprovada a iniciativas jurídicas contra a Rússia, no TPI e na Corte Internacional de Justiça (CIJ), dizendo que poderiam ser "prejudiciais".

A diplomacia de Kiev rebateu

o argumento brasileiro de que o conteúdo da proposta fosse tendencioso ou impedisse o diálogo. A representante da Ucrânia disse que o único pedido era que o conselho mantivesse o monitoramento das "atrocidades cometidas pela agressão russa" e que o mecanismo internacional independente verificasse a dor enfrentada diariamente pelo povo ucraniano.

Na mesma resolução aprovada, o CDH da ONU cobrou que o governo Vladimir Putin pare imediatamente violações de direito humanos e abusos contra a lei humanitária internacional na Ucrânia. Exigiu também a retirada rápida, do território ucraniano, das tropas militares invasoras e de grupos mercenários aliados de Moscou. E cobrou que o governo Putin não recrute ilegalmente residentes

do território invadido para suas Forças Armadas.

O CDH disse ainda que a Rússia deve parar a deportação forçada e ilegal de civis do território ucraniano. Putin é alvo de um mandado de prisão em aberto, expedido pelo Tribunal Penal Internacional, acusado de transferência forçada de crianças, um crime de guerra.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva tem feito uma série de gestos em favor da Rússia. Autoridades do governo têm dito, por exemplo, que Putin seria bem-vindo ao País para a cúpula do G20 e argumentam que ele gozaria de certas prerrogativas e imunidades por ser chefe de Estado.

Em uma discussão paralela, na Comissão de Direito Internacional da ONU, o Brasil se posicionou a favor da imunidade de

autoridades governamentais e contra o alcance de ordens de prisão do TPI a países - e a seus representantes - que não integrem o estatuto fundador da corte, como é o caso da Rússia desde 2016. O Itamaraty, no entanto, argumentou que o debate é genérico e não teria implicação no caso da vinda de Putin ao Rio, para o G20.

O governo brasileiro tem objetado tentativas de países aliados da Ucrânia e adversários de Moscou, entre eles os EUA e membros do G-7, de excluir Putin da arena internacional. O Brasil também se opôs a sanções e, em mão contrária, ampliou o comércio com os russos, que atingiu US\$ 11 bilhões no ano passado.

Em setembro de 2023, no G20 da Índia, Lula defendeu em entrevista a uma rede de

TV indiana que Putin não seria preso no País. Depois, em entrevista coletiva, voltou atrás de criar obstáculos a uma eventual ordem de prisão no País e afirmou que o caso caberia à Justiça brasileira.

Na esteira da controvérsia, o governo já discutiu inclusive a possibilidade de reavaliar a participação no Estatuto de Roma, que criou o TPI, por considerar que ele não funciona de forma adequada. A revisão tem apoio de Celso Amorim.

"Conheci o Putin no G7, no G20, na ONU. Nós fazemos partes de várias organizações internacionais que você tem a participação heterogênea de muitos países, muita gente que você não concorda, mas faz parte", argumentou Lula, na quinta-feira, dia 28. "Faz parte do processo democrático conviver democraticamente na adversidade. Não são fóruns de iguais, são de Estados, de países, e temos de respeitar o direito de cada um fazer o que quer no seu país, criticando o que não concorda."

Os posicionamentos de Lula a respeito da guerra na Ucrânia afetaram a popularidade do presidente e provocaram a impressão, entre parceiros ocidentais, que ele apoia o regime russo. Lula já cogitou que a Ucrânia deveria ceder a Crimeia para firmar um acordo de paz e disse que tanto Putin quanto o presidente ucraniano Volodimir Zelenski tinham o mesmo grau de responsabilidade pela guerra. A Ucrânia, porém, foi invadida unilateralmente pelos russos, em 24 de fevereiro de 2022.

Ele afirmou ainda que os EUA e países europeus incentivavam a guerra ao fornecer armas e dinheiro para defesa de Kiev. Lula vetou a exportação de equipamentos bélicos fabricados no Brasil. O petista fracassou na tentativa de se colocar como potencial mediador do conflito.

Na semana passada, disse ainda que não era obrigado a ter o mesmo "nervosismo" dos europeus com Putin e disse que os "bicudos vão ter de se entender". O presidente e o PT enviaram cartas de cumprimentos pela reeleição de Putin, numa eleição sem controlada que foi alvo de contestação internacional.

PAYROLL

Bolsas da Europa fecham com perdas de mais de 1% com receio sobre juros

As bolsas da Europa fecharam em queda superior a 1% e com perdas generalizadas na sexta-feira, 5, após piorarem o desempenho negativo visto desde cedo com dados acima do esperado do mercado de trabalho (payroll) nos Estados Unidos ampliarem a possibilidade de manutenção dos juros pelo Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano por um período mais prolongado do que o esperado.

O rumo descolou dos ganhos em Wall Street e veio após uma semana de desempenhos irregulares para os principais mercados europeus na sequência do ímpeto positivo visto em março. Em Londres, as ações da Ocado derreteram quase 9%, prolongando a queda da véspera em meio ao anúncio da saída do presi-

dente da companhia.

Em Frankfurt, o DAX caiu 1,30%, aos 18.163,94 pontos, com o índice referencial alemão se distanciando do recorde de fechamento de 18.504,51 pontos, mercado no último pregão de março. O FTSE 100, referencial da Bolsa de Londres, caiu 0,81%, para 7.911,16 pontos. O CAC-40, de Paris, teve variação negativa de 1,11%, aos 8.061,31 pontos. As cotações são preliminares.

A possibilidade de manutenção dos juros até junho pelo Fed, inclusive no mês citado, avançava de 35,0% logo antes do dado a 46,6% perto das 12h27. A economia dos Estados Unidos criou 303 mil empregos em março, bem acima do teto das expectativas de analistas consultados, que variavam de 150 mil a 245 mil postos de trabalho, com

mediana de 200 mil. O salário médio por hora teve alta de 0,35% em relação a fevereiro, um pouco acima da projeção do mercado, de 0,30%.

Entre os dados da zona do euro, as vendas no varejo tiveram recuo mensal de 0,5% em fevereiro, um pouco mais acentuado do que se previa. Apenas na Alemanha, a maior economia do continente europeu, as encomendas à indústria mostraram leve avanço de 0,2% no mesmo período, menor do que o esperado.

As ações da Ocado cederam 8,99% e responderam pela maior queda do FTSE-100, ampliando a perda no acumulado do ano para cerca de 49%, após o a rede de supermercado online informar, na quinta-feira, que seu presidente, Rick Haythornthwaite, deixará o cargo devido aos

seus compromissos crescentes como presidente do Grupo NatWest.

Em Milão, o FTSE Mib cedeu 1,29%, aos 34.010,88 pontos, com a Snam SpA, uma empresa italiana de infraestrutura energética, como ativo mais pressionado, com queda de 3,95%, seguida pela Italgas (-3,66%). Entre as quatro ações que resistiram em alta, o melhor desempenho porcentual foi da Ferrari, que subiu 1,27%.

Outras holdings ligadas ao mercado de luxo, a Pernod Ricard recuou 2,20% e a LVMH cedeu 2,20% em Paris.

Na Bolsa de Lisboa, o PSI 20 recuou 1,44%, aos 6.219,01 pontos. O Iboex-35, de Madri, teve baixa de 1,61%, aos 10.911,80 pontos, com forte baixa das ações da Acciona (-4,68%) e Acciona (-4,02%).

As bolsas asiáticas fecha-

ram em baixa na sexta-feira, 5, após comentários de dirigentes do Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA) alimentarem temores de que o Fed poderá adiar cortes de juros e derrubarem Wall Street.

Liderando as perdas na Ásia, o índice japonês Nikkei teve queda de 1,96% em Tóquio, a 38.992,08 pontos, pressionado por ações de corretoras e ligadas a semicondutores, enquanto o sul-coreano Kospi recuou 1,01% em Seul, a 2.714,21 pontos, e o Hang Seng voltou de um feriado em Hong Kong praticamente estável, com ligeiro ajuste para baixo na pontuação, a 16.723,92 pontos.

Os mercados da China continental e de Taiwan não operaram pelo segundo dia consecutivo em função de um feriado.

Na quinta, o presidente da

distrital do Fed em Minneapolis, Neel Kashkari, levantou dúvidas sobre a possibilidade de o BC americano cortar juros este ano se a inflação seguir persistente. Em meio às incertezas sobre a trajetória dos juros americanos, as bolsas de Nova York encerraram o último pregão com perdas de mais de 1%.

Com os investidores focados em juros, o início da visita de cinco dias da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, à China ficou em segundo plano. Em Guangzhou, Yellen pediu a equiparação de condições para empresas e trabalhadores americanos em território chinês.

Na Oceania, a bolsa australiana ficou no vermelho, também sob o peso das dúvidas sobre os juros dos EUA. O S&P/ASX 200 caiu 0,56% em Sydney, a 7.773,30 pontos.

VACINAÇÃO

Governo relança a caderneta de saúde da criança

O Ministério da Saúde lançou, na sexta-feira (5), a 6ª edição da Caderneta de Saúde da Criança. O documento que, entre as principais atribuições, faz o acompanhamento do calendário de vacinação, ficou três anos sem ser elaborado e distribuído para unidades de saúde espalhadas pelo país.

A cartilha traz novidades como a atualização do calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que inclui as doses contra a covid-19, disponível para bebês a partir dos seis meses de idade. Além disso, o ministério prepara uma integração com o aplicativo Meu SUS Digital.

Além de ser um guia para famílias e cuidadores controlarem o ciclo vacinal de crianças, a caderneta, também chamada de Passaporte da Cidadania, traz orientações para reduzir a mortalidade infantil e promover o desenvolvimento saudável dos menores de idade.

“Orienta os responsáveis desde o primeiro momento de vida, orienta sobre as vacinas, sobre todos os cuidados com a criança. É uma caderneta da saúde, da cidadania”, disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

A ministra Nísia reforçou a importância de a caderneta voltar a ser publicada depois de três anos de interrupção. A retomada do processo de elaboração, impressão e logística se iniciou em março do ano passado. Para ela, o lançamento representa “a retomada de um direito da criança e das famílias”.

“Estamos tão felizes com o lançamento desta edição depois de três anos que as famílias não contaram com essa contribuição tão importante para a orientação dos seus cuidados com as crianças que chegam e têm que ser bem acolhidas”.

A Caderneta da Criança teve a impressão e distribuição suspensas durante a pandemia de covid-19. A empresa com a qual o ministério havia firmado contrato, na época, alegou dificuldades para conseguir matéria-prima e, eventualmente, entrou em situação de desativação, o que causou o rompimento do contrato.

O livreto é dividido em duas partes. A primeira é direcionada para família e cuidadores. “É a forma que o ministério tem de se comunicar com essas famílias, transmitir informações com base em evidências científicas”, explica a coordenadora de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde, Sonia Venancio.

A parte inicial traz ainda informações sobre amamentação, prevenção de acidentes e a importância do afeto, por exemplo.

O calendário de vacinação segue o determinado pelo PNI, prevendo, por exemplo, doses de vacinas contra a meningite (ACWY), tríplice viral (que combate sarampo, caxumba e rubéola), febre amarela, HPV e a pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e influenza).

A segunda parte da caderneta é direcionada para profissionais de saúde, sendo um instrumento que apoia o trabalho das equipes de atenção primária, como registro de consultas e do desenvolvimento das crianças. A coordenadora Sonia Venancio acrescentou que o ministério vai fornecer qualificação online para os agentes aproveitarem melhor o material.

Além disso, a caderneta permite um acompanhamento intersectorial, ou seja, profissionais de outras áreas, como a educação, também podem fazer registros no livreto.

O Ministério da Saúde providenciou 6,5 milhões de Passaportes da Cidadania, o suficiente para todos os bebês nascidos no país em dois anos. O investimento foi de R\$ 17.980 milhões.

SEGURANÇA

Recife recebe recursos para obras em encostas

O presidente afirmou que é dever do governo valorizar as obras de pequeno valor, que podem ser as que mais beneficiam a população



Lula assina autorização de início de obras de contenção de encostas no Recife, com Ministro das Cidades, Jader Filho, e Prefeito do Recife, João Campos

O ministro das Cidades, Jader Filho, e o prefeito de Recife, João Campos, assinaram, na sexta-feira (5), ordem de serviço para obras de contenção de encostas na capital pernambucana. O ato ocorreu em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Recife, e prevê investimento de R\$ 40 milhões a partir de convênio entre a gestão municipal e o governo federal.

Em discurso, Lula afirmou que também é dever do governo federal valorizar as obras de pequeno valor, que podem ser aquelas que mais beneficiam a população. Mas, para ele, a garantia de recursos depende dos bons projetos apresentados por prefeituras. “Não é o discurso que arruma dinheiro, o que arruma dinheiro é o projeto. [...] Se você [prefeito] faz um projeto bem feito, não tem como você [governo federal] dizer que não vai dar dinheiro”, disse.

“Às vezes, uma obra de R\$ 10 milhões ou de R\$ 5 milhões para a comunidade vale mais do que um viaduto de bilhões, vale mais do que um aeroporto de R\$ 6 bilhões ou 7 bilhões que o pobre nunca vai chegar nem perto. Então, quando você vai visitar uma obra de R\$ 5 milhões, você está exatamente diante do beneficiário, ele está vendo que aquilo foi feito para ele”, destacou Lula. “Muitas vezes, se a gente não cuida de uma coisa que custava R\$ 10 milhões. Ai, quando dá uma enchente ou quando dá uma chuva que desbarranca o morro inteiro, aquilo que ia custar R\$ 10 milhões vai custar R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões e, às vezes, vai custar a vida que a gente não pode devolver”, acrescentou o presidente.

No Recife, a execução de encostas definitivas será feita em cinco lotes de obras e vão beneficiar 13 bairros e comunidades da capital pernambucana. As obras serão iniciadas ainda no mês abril e devem garantir a segurança em períodos de chuvas de 717 famílias que residem em áreas de risco.

De acordo com o prefeito João Campos, mais R\$ 12 milhões deverão ser liberados pelo governo federal na semana que vem, em outro convênio, totalizando R\$ 52 milhões para proteção de encostas.

“Quando a gente faz uma obra de proteção dessas, a gente garante que as famílias não precisarão ser reassentadas, levadas para longe dos seus vínculos afetivos. Custa muito mais

uma unidade habitacional pelo Minha Casa, Minha Vida, é muito mais caro do que o custo familiar de uma obra dessa. E a gente garante que as famílias estarão onde cresceram, onde convivem, onde têm os seus familiares”, disse o gestor.

Lula cumpre agenda no Nordeste desde quinta-feira (4), quando inaugurou um novo trecho da transposição do Rio São Francisco e uma nova fábrica de medicamentos da Empresa Bra-

sileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e sancionou o projeto de lei que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Após a cerimônia na manhã de sexta-feira, o presidente seguiu para o Ceará, onde assinou ordem de serviço para a implantação do Ramal do Salgado, da transposição do São Francisco, e visitou as obras da Ferrovia Transnordestina.

O presidente disse que o

ELEIÇÕES

Lula faz elogios a João, para formação de chapa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez elogios ao prefeito de Recife, João Campos (PSB), em meio à expectativa de o chefe do Executivo articular um nome para compor a chapa do prefeito à reeleição. Segundo Lula, João Campos terá um “futuro político excepcional”.

“Pense num menino esperto, jeitoso, pense num cabra jeitoso, está seguindo o caminho do pai, daqui a pouco está melhor”, afirmou o petista em evento de assinatura de ordens de serviço para construção de encostas em Recife na sexta-feira, 5. João Campos participou do evento ao lado do presidente.

João Campos é filho do ex-governador Eduardo Campos, que morreu em agosto de 2014 vítima de um acidente de avião em Santos (SP) durante a campanha à Presidência. “Minha relação com o Eduardo era uma coisa muito forte”, comentou Lula. “Eduardo trabalhava muito com projeto, e levava as coisas... E assim é o João, acho que mais esperto, porque aprendeu do pai e da mãe”, acrescentou.

João Campos foi eleito prefeito de Recife em 2020. No pleito, se mostrou o mais jovem prefeito eleito em uma capital e também o mais novo a atingir o cargo na história da maior cidade de Pernambuco. “Com essa idade, ele tem um futuro político excepcional e sabe que tem que trabalhar e fazer as coisas corretas”, disse o petista. “Ter um presidente e um governo que são parceiros ajuda muito”, acrescentou Lula.

O presidente visitou as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empregos e barateamento do custo do frete.

A empresa privada Transnordestina Logística S/A (TLA), do Grupo CSN, é a responsável pela construção e operação da ferrovia e prevê que ela seja entregue até o primeiro trimestre de 2027.

A Ferrovia Transnordestina - com 1.206 quilômetros - ligará o sertão do Piauí, a partir da cidade de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, passando por 53 cidades. O empreendimento é estratégico para o transporte de grãos, minérios, fertilizantes e combustíveis e deverá atuar com três terminais de carga no Ceará.

A infraestrutura logística atenderá, entre outros, o escoamento de grãos da região do Matopiba, formada pelo estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia, reduzindo o custo e dando mais competitividade à produção brasileira no mercado externo.

A Transnordestina é um dos projetos prioritários do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recebeu, em 2023, investimento de R\$ 269 milhões. O empreendimento gera 3,8 mil empregos diretos e indiretos, sendo mais de 90% de mão de obra local.

CRISES

Cármem: é delírio o poder moderador das Forças Armadas

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia votou na sexta-feira, 5, contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como um “poder moderador” como “delírio antijurídico ou desvario antidemocrático”.

“Qualquer referência à interpretação de norma legal que confronte os termos expressos dos artigos 1º e 2º da Constituição do Brasil é delírio antijurídico ou desvario antidemocrático, não é interpretação constitucional. Nem mesmo os poderes constitucionais - Legislativo, Executivo e Judiciário - estão acima nem podem atuar contra a Constituição.”

Em seu entendimento, as Forças Armadas são uma instituição “permanente e regular” e qualquer atuação fora da regularidade constitucional democrática é ilícita.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. O julgamento foi iniciado na última sexta-feira, 29, em plenário virtual.

A ideia de que as forças militares poderiam agir como poder moderador durante crises institucionais é ventilada frequentemente por bolsonaristas para defender intervenção militar “dentro da Constituição”. Em seu voto, a ministra afirmou que em nenhuma Constituição brasileira as Forças Armadas receberam a condição de Poder, nem mesmo moderador, e que a leitura da história deve ser feita “de todo o enredo, não de uma página”.

Cármem destaca que, no sistema constitucional democrático em vigor, não há “sequer referência” que permita que as Forças Armadas atuem de forma excedente ou autônoma em relação aos Três Poderes, sublinhando que elas “são forças, não poderes”. “Golpear a Constituição desbordando do que nela definido para sua atuação é inconstitucional, ilegítimo, antidemocrático e inválido”.

A ministra diz ainda que, mesmo a separação dos poderes sendo próprio do sistema constitucional democrático e com o “poder moderador” ter sido extingido já no Império, a democracia brasileira “não tem sossego”.

Cármem ainda acrescenta que a autorização para que as Forças Armadas atuem na garantia da lei e da ordem - além dos casos de intervenção federal, de estados de defesa e de estado sítio - só pode existir em casos excepcionais de “grave e específica violação à segurança pública interna”. No entanto, ela deve ser formalmente justificada, e somente ser dada após todos os instrumentos ordinários de preservação da ordem pública serem esgotados.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, votou contra o entendimento que permite tal intervenção pelos militares, afirmando que a interpretação do artigo deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes.

Além do relator e de Cármem Lúcia, os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux também votaram contra a interpretação. Ainda restam votar os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. Eles têm até dia 8 para registrarem seus votos.

CARROS HÍBRIDOS

Fábrica da Mitsubishi em Goiás terá investimento de R\$ 4 bilhões

A verba será direcionada ao desenvolvimento de tecnologias e adequações da fábrica para a produção de novos veículos, que combinam um motor elétrico ao propulsor convencional a combustão interna

A fábrica que produz os carros da Mitsubishi em Catalão, Goiás, receberá investimentos de R\$ 4 bilhões até 2032, engrossando o ciclo de investimentos da indústria de veículos, que agora já passam de R\$ 100 bilhões.

Conforme anúncio da HPE Automotores, representante oficial da marca japonesa no Brasil, o novo ciclo de investimentos será direcionado ao desenvolvimento de tecnologias e adequações da fábrica para a produção de novos veículos, incluindo carros híbridos, que combinam um motor elétrico ao propulsor convencional a combustão interna.

Na esteira dos incentivos do Mover, o programa federal de apoio às montadoras, e da prorrogação dos estímulos regionais, que beneficiam a fábrica da Mitsubishi em Goiás, o total de investimentos das montadoras de carros, entre ciclos novos e ampliados, já soma R\$ 102 bilhões.

MMNA) A empresa teve fortes vendas de 28.403 no primeiro trimestre de 2024, um aumento de 35,7% em relação ao primeiro trimestre de 2023. Auxiliada pelos estoques de veículos novos dos revendedores retornando aos níveis quase pré-pandêmicos, a marca e seus parceiros revendedores alcançou seu maior total de vendas trimestrais desde o primeiro trimestre de 2020.

O Outlander alcançou seu segundo melhor total de vendas trimestrais na história da marca, com vendas de 13.846, um aumento ano a ano de 41,1%. À medida que a empresa fecha seu ano fiscal no final do primeiro trimestre do ano civil, os destaques incluem o recorde de vendas anuais do Outlander e do Outlander Plug-in Hybrid.

As vendas de MMNA foram



Fábrica: a Mitsubishi teve fortes vendas de 28.403 no primeiro trimestre de 2024, um aumento de 35,7% em relação ao primeiro trimestre de 2023. O Outlander alcançou seu segundo melhor total de vendas

fortes em toda a linha de produtos. As vendas do Eclipse Cross mais que dobraram, um aumento de 120,3% ao ano, totalizando 3.463. O Mirage e o Mirage G4 subiram 93% e 11,1%, respectivamente – 49,7% coletivamente – provando que os clientes estão reagindo bem à combinação de economia, eficiência e valor do automóvel.

O Porto de Baltimore é um dos principais locais de embarque de veículos Mitsubishi Motors que chegam de fabricação no exterior. A empresa

já redirecionamos uma série de remessas para outro porto local ao longo da costa leste, e com as operações de salvamento para abrir as rotas marítimas em andamento, a situação permanece fluida. “Continuamos monitorando a programação de cada navio que chega e faremos os ajustes necessários, com a prioridade sempre sendo minimizar os inconvenientes para nossos clientes e nosso revendedor parceiros.”

Em fevereiro, a Mitsubishi Motors North America foi

reconhecida pela S&P Global Mobility por ter a “Lealdade ao trem de força alternativo melhorado” para o ano civil de 2031. O prêmio, parte do 28º programa anual Automotive Loyalty Awards da S&P Global Mobility, homenageia o sucesso da Mitsubishi em sua capacidade de reter proprietários da marca e de uma oferta de veículos elétricos a bateria (BEV) ou híbridos.

O Mitsubishi Outlander Plug-in Hybrid foi adicionado à lista de prêmios e distin-

ções, recebendo o prêmio MotorWeek Drivers’ Choice Award de 2024 como Melhor Utilitário Pequeno. O Outlander Plug-in Hybrid foi o primeiro SUV híbrido plug-in do mundo – e ainda é o híbrido plug-in com tração integral mais vendido do mundo.

A empresa lançou recentemente o ClickShop 2.0, uma solução digital pioneira no setor que conecta a jornada de compra de carros dos sites Tier-1 da Mitsubishi Motors e Tier-3 de seus par-

ceiros revendedores diretamente aos showrooms dos revendedores Mitsubishi, proporcionando uma experiência de compra incomparável e perfeita. A Mitsubishi Motors é a primeira fabricante de automóveis sediada nos EUA a oferecer uma compra personalizada por pagamento em seus sites de fabricantes e revendedores parceiros por meio deste sistema. Esse processo pode reduzir em até 70% o tempo de compra de um veículo novo.

EPIDEMIA

Estado do Rio de Janeiro registra primeiros casos de dengue tipo 3

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) confirmou na sexta-feira (5) os primeiros dois casos de dengue tipo 3 ocorridos este ano. Trata-se de uma mulher de 39 anos, de Paraty, na Costa Verde, e uma criança de um ano, de Maricá, na região Metropolitana II. Os dois casos ocorreram nos dias 25 e 26 de fevereiro, respectivamente, e foram confirmados pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels (Lancem-RJ) e pelo Laboratório de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As duas pacientes foram tratadas e passam bem.

Os municípios vão investigar os dois casos para saber se são autóctones, isto é, se aconteceram dentro dos territórios, ou se são importados. O sorotipo 3 não circulava no estado do Rio de Janeiro desde 2007, o que amplia a margem de pessoas que nunca tiveram

contato com o vírus. Levantamento da SES-RJ estimou que cerca de 4,8 milhões de pessoas estariam vulneráveis a esse sorotipo.

“Este é um ponto de atenção para redobramos os cuidados e continuarmos em alerta. Como o tipo 3 não circula no estado há muito tempo, existe uma boa parcela da população mais suscetível à doença”, explica a secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello. A Secretaria vai manter o monitoramento dos casos e definir ações específicas caso identifique uma mudança de cenário.

Os sintomas da dengue tipo 3 são os mesmos dos tipos 1, 2 e 4. Os principais são febre alta (superior a 38°C); dor no corpo e articulações; náuseas e vômitos; dor atrás dos olhos; mal-estar; falta de apetite; dor de cabeça; manchas vermelhas no corpo.

Este ano, o estado vinha



Os municípios vão investigar os dois casos para saber se são autóctones, isto é, se aconteceram dentro dos territórios

registrando somente casos de dengue dos tipos 1 e 2, com predomínio do sorotipo 1. O Boletim Panorama da Dengue, divulgado nesta sexta-feira (5),

indica que o atual cenário da doença ainda é de Emergência em Saúde Pública, com o estado se mantendo no nível 3, o mais alto de alerta contra

a dengue.

A SES-RJ manteve o decreto de epidemia de dengue no Rio de Janeiro em razão de o estado ainda apresentar altos

índices da doença. Embora as projeções mostrem tendência de queda, o número de casos prováveis de dengue ainda é considerado alto pelos técnicos e especialistas da Secretaria, que monitoram a situação nos 92 municípios fluminenses.

Até esta sexta-feira (5), foram registrados 186.624 casos prováveis de dengue e 91 óbitos confirmados em todo o estado. A taxa de incidência está em 1.162 casos / 100 mil habitantes.

O principal indicador epidemiológico para estabelecer o nível de alerta é o Excesso de Casos (EC), que permaneceu acima de dez vezes por três semanas consecutivas, embora tenha apresentado tendência de queda nos últimos sete dias. Os dados analisados se referem às semanas epidemiológicas (SE) 10 a 12, que correspondem ao período de 3 a 23 de março deste ano.

A SES-RJ mantém também o monitoramento diário de casos e ações, entre os quais capacitação de profissionais de saúde e técnicos de vigilância dos municípios; salas de hidratação em 11 unidades de pronto atendimento (UPAs) estaduais e centros de hidratação nas cidades, com envio de medicamentos e insumos.

FUGA

Demissão de diretor da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) é oficializada

A demissão do diretor da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Humberto Gleydson Fontinele Alencar, foi publicada na sexta-feira (5) no Diário Oficial da União. A medida aconteceu um dia após a captura dos fugitivos Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento em Marabá, no estado do Pará, mas o documento é datado do dia 25 de março.

Os fugitivos foram presos com mais quatro pessoas e também houve a apreensão de um fuzil e aparelhos celulares. Em entrevista coletiva, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou que criminosos das mesmas facções de Mendonça e Nascimento ajudaram nesses 50 dias em que os detentos permaneceram em fuga.

A operação de recaptura envolveu o monitoramento pelo uso da inteligência, o que possibilitou a prisão de 14 pessoas envolvidas no caso e a localização e prisão dos fugitivos a 1,6 mil km de distância do local de fuga.

Lewandowski havia afastado o diretor da unidade prisional de segurança máxima desde o dia em que a fuga dos dois detentos se tornou pública, em 14 de fevereiro. Na ocasião, o ex-diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, Carlos Luis Vieira Pires, foi nomeado inter-



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em entrevista coletiva sobre o caso

ventor.

O caso chamou a atenção por ser a primeira fuga registrada no país no sistema penitenciário federal, desde a sua criação em 2006. Coordenada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a rede-formada por cinco presídios de segurança máxima possui protocolos e sistema de vigilância avançados.

As investigações apontaram que Mendonça e Nascimento fugiram da Penitenciária

de Mossoró usando ferramentas disponibilizadas para uma obra de reforma na unidade. A corregedoria-geral da Senappen informou que a apuração não identificou indícios de corrupção na fuga. Três Processos Administrativos Disciplinares (PADs) foram instaurados para identificar e corrigir infrações entre os servidores da unidade.

Por volta das 14h de quinta-feira, José Saldanha, de 49 anos, produtor rural na cidade de Baraúna, no Rio Grande do Norte, foi surpre-

endido com a ligação de um amigo do Pará informando que os dois fugitivos da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) haviam sido recapturados. "Eu estava dormindo, depois do almoço, quando meu amigo Raimundo ligou perguntando se eu já sabia que os fugitivos tinham sido encontrados pela polícia pelas bandas de lá (Marabá, no Pará)".

A população da pequena cidade de Baraúna, distante a 35 quilômetros de Mossoró, comemorou a recaptura da dupla Rogério Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento. Desde o dia 14 de fevereiro, quando os criminosos fugiram do presídio, a cidade convivia em clima de apreensão e temor devido ao forte aparato policial que se instalou nas mediações e a demora na recaptura.

"Nunca tivemos medo desse presídio aqui perto da casa da gente porque sempre disseram que ele é de segurança máxima. De repente uma notícia dessa, apavora demais a população", comenta Saldanha, lembrando que o temor progrediu na medida em que os dias de buscas se prolongaram.

"Era muito carro de viatura passando para lá e para cá. Depois começaram a dizer que tinham encontrado pisada, roupa, gente daqui ajudando e nada desses homens serem

resgatados."

Esse mesmo sentimento é compartilhado pela costureira Maria Graça da Silva, de 52, que mora com a família em uma comunidade próxima à unidade prisional. "Meu marido trabalha na fazenda de plantação. Eu ficava com o coração na mão toda manhã quando ele saía porque ainda é escuro e a estrada até a fazenda só tem mato. Dá um alívio grande. Tomara que consigam melhorar essa prisão", reivindica Graça.

Ao longo desses 50 dias de busca, a rotina de muitos barauenses foi alterada pelo medo de invasão ou de se tornarem refém. Saldanha acrescenta que as prisões de moradores suspeitos em colaboração com os fugitivos reforçaram o temor.

Em contrapartida, a colaboração da população com o repasse de informações também auxiliou a força-tarefa, segundo a avaliação do major Ivanildo Henrique Mendonça, comandante do 2º Batalhão da PM/RN, em Mossoró.

"Uma das frentes de atuação eram as denúncias que recebíamos com indicação de vestígios, objetos e rastro. Esse foi um período de baixa ocorrência de trope e, outro ponto positivo, foi o policiamento mais efetivo para as comunidades rurais."

A Penitenciária Federal de

Mossoró está localizada em um trecho da RN-015, que liga a cidade de Mossoró a Baraúna, seguindo até a divisa do Ceará. As buscas se concentraram inicialmente em um raio de 193 quilômetros quadrados.

Essa extensão concentra diversas comunidades rurais, o Parque Nacional da Fumaça, com mais de 200 cavernas, e fazendas produtoras de fruticultura irrigada.

Antes da captura na quinta, a força-tarefa montada na região já estava sendo desmobilizada e as estratégias seguiam outros rumos. "Mudamos de estratégias quando descobrimos que eles não estavam mais nas proximidades de Mossoró", disse Lewandowski.

Desde o feriado da Semana Santa, as barreiras policiais montadas nas estradas de acesso a Mossoró, Baraúna e à divisa com o Ceará foram reduzidas e os mais de cem homens da Força Nacional também já tinham partido.

A expectativa da população é que a rotina volte ao normal depois da captura e a saída da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado montada com agentes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penitenciária, Força Nacional, polícias Civil e Militar do RN, CE, Piauí, Pernambuco e Paraíba.

MLOG S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87 - NIRE 33.3.0029745-6 - Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.
O Presidente do Conselho de Administração da **MLOG S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima com sede na Rua Lauro Muller 116, salas 2601 e 2608/ parte, Botafogo, CEP 22.290-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na forma da Artigo 9º, parágrafo 1º do seu Estatuto Social, convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no **dia 30 de abril de 2024 às 15:00h** (horário de Brasília), de forma híbrida, na sede da Companhia e por meio de plataforma digital Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** Fixar a Remuneração global anual dos administradores da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO ora convocada, inclusive a Proposta da Administração, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e da Resolução CVM 81/22. Os acionistas deverão apresentar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO, procuração, na hipótese de representação do acionista, bem como deverão informar se irão participar da assembleia por meio da plataforma digital, a fim de que recebam as instruções para credenciamento e participação. Os detentores de ações escriturais ou em custódia deverão depositar cópias do respectivo extrato de titularidade de ações emitido, pelo menos, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. Os acionistas devem comparecer à AGO, presencialmente ou através da plataforma digital, munidos de documentos que comprovem sua identidade e, no caso de representação de acionista pessoa jurídica, os documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Por fim, ressaltamos que nos termos do Artigo 3º da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), e deverá ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei das S.A. Mais detalhes e orientações para o credenciamento e a participação do acionista por meio da plataforma digital estão previstos no Manual da Administração, e podem ser consultados na página da Companhia (www.mlog.com.br) ou na da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024.
Luiz Claudio de Souza Alves - Presidente do Conselho de Administração.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
VITALE V12 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 42.667.265/0001-98 - TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO - SMDUE**, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº EIS-PRO-2023/16982, LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE GRUPAMENTO DE ÁREAS PRIVATIVAS, SITUADO NO LOTE 1 DO PAL A SER CRIADO A PARTIR DO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DOS LOTES 11, 33, 34, 35 E 36 DA QUADRA 03 DO PAL 19.170, NA VIA SERVIENTE Nº 01 DO PAL 19.170, VARGEM GRANDE - RIO DE JANEIRO.

RIO+ SANEAMENTO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 41.368.328/0001-42
NIRE 33.3.0033735-1
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024
Data, Hora e Local: Em 26/03/2024 às 09h, na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, loja 101, CEP 24.020-065, Centro, Niterói/Rio de Janeiro.
Convocação: Dispensada. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sra. Marlene de Oliveira Ramos Murias dos Santos. **Secretária:** Cecília Ferreira de Camargo. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração: (i) Aprovaram e recomendaram a deliberação dos acionistas em AGO das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas dos seguintes documentos: (a) relatório da administração; (b) notas explicativas; e (c) relatório dos auditores independentes. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada. Íntegra e anexos estão registrados na JUCERJA nº 00006159497 em 02/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Vó - Secretário Geral. Rio de Janeiro/RJ, 26/03/2024 e sua versão na íntegra está disponível no website: <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.
- em recuperação judicial -
Companhia aberta
CNPJ/ME nº 33.412.081/0001-96 - NIRE: 33.3.0012851-4
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2024. - Certidão. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 05/04/2024 sob o nº 6166154-Gabriel Oliveira de Souza Vó - Secretário Geral.

DIAGEM REFLORESTAMENTO LTDA.
NIRE nº 35.220.415.632 - CNPJ/MF nº 07845.250/0001-71
Edital de Convocação Para Reunião Extraordinária de Sócios.
Pelo presente, a sócia majoritária da sociedade **Diagem Reflorestamento Ltda.**, detentora de **90% (noventa por cento)** do capital social subscrito e integralizado, **CONVOCA** o sócio minoritário **Sr. BORIS MORO** para **Reunião Extraordinária de Sócios** que será realizada no **dia 22 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na Praia do Flamengo, nº 278, 4º Andar, Sala 41, Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-030**, escritório do procurador e representante legal da sócia majoritária, a fim de que possam ser deliberadas e decididas as seguintes matérias para "**ORDEM DO DIA**": **I. deliberação da sede social da empresa para o endereço da Praia do Flamengo, nº 278, Apt.º 41, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, Cep.: 22.210-030; II. deliberar, votar e decidir todas as demais matérias que porventura venham a surgir até a data da RE e durante a realização da mesma.** Considerando que todos os itens acima fazem parte da soberana e expressa vontade da sócia majoritária, detentora de 90% (noventa por cento) do capital societário, este instrumento de **CONVOCAÇÃO** será publicado em órgão oficial de imprensa por 3 dias consecutivos, de sorte a dar ciência a todos os interessados que queiram comparecer à referida reunião extraordinária de sócios, em especial o sócio minoritário.
Rio de Janeiro, **08 de Abril de 2024.**
Diagem Trading Limited - Sócia Majoritária
Pp André Luiz Rocha de Freitas

REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 36.079.804/0001-75
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 17/04/24. Real Engenharia e Incorporações S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.079.804/0001-75, com sua sede na Rua São José nº 70, sala 1901, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, vem **CONVOCAR** todos os seus acionistas da sociedade e especialmente V.Sas., para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, nos termos dos artigos 124 e 131, da Lei nº 6.404/76, que será realizada no dia 17/04/24, de forma exclusivamente virtual, no endereço eletrônico: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/2 (metade) do capital social com direito a voto, e às 14:00 horas, e em segunda e última convocação, às 14:30 horas, com qualquer número de acionistas, nos termos do artigo 20, dos Estatutos Sociais da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Aprovação de contas do exercício social encerrado em 31.12.23; 2. Destinação do Resultado do exercício de 2023; 3. Eleição da Diretoria para o mandato de 01.05.24 a 30.04.27; 4. Fixação da remuneração da diretoria a ser eleita; e 5. Assuntos de interesse geral.** Em conformidade com o artigo 23 dos Estatutos Sociais da Sociedade, o acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há pelo menos 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, ou, ainda por seu representante legal. Conforme autorizado pela Lei 6.404/76, art. 124, §2º-A, a Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, mediante sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas para que acompanhem e votem a distância na Assembleia, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância, como meio para o exercício do direito de voto. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas (**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**) ESTÃO DISPONÍVEIS PARA CONHECIMENTO PRÉVIO NO SEGUINTE ENDEREÇO: **CENTRAL DE BALANÇOS.GOV.BR** na rede mundial de computadores. Para participar e deliberar na Assembleia, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas e disponíveis para download no Endereço Eletrônico do Evento: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>. Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico do Evento em até 48 horas antes da realização da Assembleia. b) tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. c) após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. d) O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2024. **REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.** CARLOS ALVES SECCHIN - Diretor Presidente e Acionista.

IMÓVEL VAZIO OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.
CNPJ/MF nº 42.618.164/0001-27 - NIRE 33.2.1143774-1
AVISO DE REDUÇÃO DE CAPITAL. Imóvel Vazio Operações Imobiliárias Ltda., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva nº 391, salas 901 a 907 (Parte), Leblon, CEP: 22440-032, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.946.867/0001-53 ("Sociedade"), vem informar que, em 27/12/2023, foi aprovada na 7ª alteração do contrato social da SOCIEDADE a redução do capital social da SOCIEDADE em R\$ 600.000,00 (seiscientos mil reais), com o cancelamento de 600.000 (seiscientos mil) quotas, passando o capital social da SOCIEDADE de R\$ 21.133.333,00 (vinte e um milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), representado por 21.133.333 (vinte e um milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para R\$ 20.533.333,00 (vinte milhões, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), representado por 20.533.333 (vinte milhões, quinhentas e trinta e três mil, trezentos e trinta e três) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, na forma do Artigo 1.084, §1º do Código Civil, eventual oposição à redução de capital da SOCIEDADE deverá ser manifestada em até 90 (noventa) dias a contar da presente data. RJ, 08/04/2024.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO
A Junta Governativa da ABTF Eleita em plenário de associados em 25/03/2024, convoca os Membros, em virtude de vacância de cargos da Diretoria Executiva, e de acordo com as normas estatutárias para Assembleia Geral de Eleições Gerais que ocorrerão no dia 17/04/2024, na sede do Bonsucesso Futebol Clube, Av. Teixeira de Castro 54, Bonsucesso no horário de 10h às 12h, munidos de documentos de identificação. 04 de abril de 2024. Carlos Cesar Ramos Custódio; José Marcelo Rodrigues Cardoso; Carlos Roberto de Carvalho. Junta Governativa da ABTF.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 10 horas, para tratar das seguintes matérias: (i) deliberar sobre o aumento de capital da Companhia e a consequente reforma do Estatuto Social; e (ii) aprovação da 12ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso e as orientações para participação na AGE serão enviados aos Acionistas com até 2 (dois) dias úteis de antecedência.

POSTO FM DA DUTRA
Torna público que recebeu da **PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI** a Licença Municipal de Operação N°0790/2024, com validade até 11 de março de 2029, para operar a atividade de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, situado a Rodovia Presidente Dutra s/nº Km8.75/ Coelho da Rocha / São João de Meriti. (Processo nº8481/2019).

SICPA AMÉRICA DO SUL INDÚSTRIA S.A.
CNPJ nº 28.721.821/0001-36 - NIRE 33.3.0032479-8
Convocação - Assembleia Geral Ordinária: Ficam os acionistas convocados para se reunirem em AGO a ser realizada no dia **16/04/2024 às 11h, de forma virtual**, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas da Administração e examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023. Os links para acesso à Assembleia serão disponibilizados posteriormente a todos os acionistas. Rio de Janeiro, **4 de abril de 2024.** **SICPA América do Sul Indústria S.A.**

HOTÉIS OTHON S.A.
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
CNPJ/MF 33.200.049/0001-47 - NIRE 33300096302 - Cia de Capital Aberto
Edital de Convocação - Ficam os senhores acionistas convidados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE**, marcada para o dia 30.04.2024, às 10:00 horas, na Sede da Companhia, localizada à Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1) AGO: 1.1** - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, considerando o Parecer dos Auditores Independentes; **1.2** - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; **2) AGE: 2.1) Ordem do Dia: (i) deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral, a **HBH Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda.**; **(ii)** ratificar o protocolo de Incorporação celebrado entre as duas sociedades, acompanhado de Justificação de Incorporação; **(iii)** ratificar sobre a nomeação dos peritos avaliadores para avaliar o patrimônio líquido da sociedade incorporada; **(iv)** Aprovar o Laudo da Avaliação do ativo líquido da sociedade incorporada, a ser verificado à Companhia; e **(v)** outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, situada na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana/RJ, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. **3) Informações Gerais:** A assembleia será realizada exclusivamente de modo presencial. Os acionistas Pessoas Físicas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, bem como os documentos que comprovem a titularidade das ações do Outorgante. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos - Presidente do Conselho de Administração.**

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Bionexo S.A.

CNPJ: 04.069.709/0001-02

Aviso: As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	138.193	90.775	145.016	97.753
Contas a receber de clientes	19.251	9.650	19.027	13.061
Tributos a recuperar	4	50	561	417
Imposto de renda e contribuição social	1.013	62	1.093	248
Outros contas a receber	5.002	3.736	5.012	3.922
Outros ativos	391	426	392	439
Total do ativo circulante	163.854	104.699	171.101	115.840
Aplicação financeira restrita	828	2.340	828	2.340
Ativo indenizatório	5.813	7.477	5.813	7.477
Depósitos judiciais	113	91	113	113
Tributos a recuperar	102	262	108	286
Imposto de renda e contribuição social	4.290	6.578	4.324	6.913
Mútuos com partes relacionadas	1.508	—	—	128
Total realizável a longo prazo	12.654	16.748	11.186	17.257
Investimentos	6.078	59.888	—	—
Imobilizado	14.469	16.562	14.574	17.145
Intangíveis	134.604	95.786	134.605	151.905
Total do ativo não circulante	167.805	188.984	160.365	186.307
Total do ativo	331.659	293.683	331.466	302.147

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos				
Formecedores	5.802	6.271	5.821	6.484
Emprestimos	11.756	13.952	11.756	14.363
Arrendamento a pagar	1.377	1.458	1.377	1.458
Obrigações trabalhistas	10.618	16.943	11.273	20.352
Obrigações fiscais	2.883	2.180	4.852	3.964
Outras contas a pagar	12.636	15.570	12.794	15.801
Total do passivo circulante	45.072	56.374	47.873	62.222
Emprestimos	2.675	11.969	2.675	12.735
Provisões para processos judiciais	6.210	9.722	6.210	9.748
Arrendamento a pagar	3.263	4.434	3.263	4.434
Outras contas a pagar	4.182	11.026	4.182	11.026
Programa de pagamento baseado em ações	3.287	4.855	3.287	4.655
Opção de venda concedida a não controladores	2.826	—	—	—
Total do passivo não circulante	22.443	41.806	19.617	42.598

Patrimônio líquido

Capital social	Ajuste de avaliação		Lucros (prejuízos) acumulados	Participação de acionista não controlador	Total patrimônio líquido
	31/12/2023	31/12/2022			
232.994	132.994	232.994	132.994	132.994	
187.473	187.473	187.473	187.473	187.473	
(25.531)	(25.531)	(25.531)	(30.226)	(30.226)	
(120.792)	(120.792)	(120.792)	(94.686)	(94.686)	
264.144	195.503	264.144	195.503	264.144	
—	—	(168)	1.824	—	
264.144	195.503	263.976	197.327	263.976	
67.515	98.180	67.515	104.820	67.515	
331.659	293.683	331.466	302.147	331.659	

Demontstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(26.126)	(36.159)	(26.051)	(36.501)
Ajustes para:				
Depreciação imobilizado	2.778	2.196	2.828	2.126
Amortização do direito de uso	1.337	1.256	1.337	1.257
Amortização de ativos intangíveis	15.714	12.155	15.847	13.374
Amortização máis-valia	133	875	—	—
Baixa de imobilizado	147	(7)	289	62
Resultado de equivalência patrimonial	(5.077)	(661)	—	—
Juros sobre empréstimos	2.336	3.010	2.338	3.010
Juros de arrendamento a pagar	427	453	646	453
Juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas	—	207	128	207
Provisão para processos judiciais	300	2.068	321	2.066
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	223	1.058	167	1.420
Imposto de renda e contribuição social	(1.368)	—	(1.368)	—
Atualização monetária de contingências	(1.545)	442	(1.545)	442
Baixa passivo contingente (earn-out)	—	1.801	—	1.801
Variações nos ativos e passivos	31	(695)	31	(695)
Contas a receber de clientes	(6.476)	(4.688)	(6.133)	(5.182)
Outras contas a receber	(1.266)	(1.340)	(1.090)	(1.198)
Impostos recuperáveis	1.860	—	1.779	(3.831)
Depósitos judiciais	(22)	(4)	(7)	(7)
Outros ativos	160	(216)	47	(422)
Ativo indenizatório	(133)	—	(137)	—
Partes Relacionadas	186	—	—	—
Formecedores	(864)	819	(663)	553
Obrigações trabalhistas	(8.166)	1.432	(9.079)	2.680
Obrigações fiscais	656	(3.726)	888	—
Outras contas a pagar	533	137	664	1.061
Pagamento de juros sobre empréstimos	(984)	(2.708)	(984)	(2.765)
Pagamento de processos judiciais	(2.067)	—	(2.067)	—
Outros	—	—	20	—
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(27.293)	(22.295)	(21.787)	(20.089)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. **Contexto operacional:** A Bionexo S.A. ("Companhia" ou "Bionexo"), é uma empresa, constituída sob a forma de sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.830, 7º andar - Condomínio São Luiz, conjunto 71, São Paulo - SP. A Companhia é uma empresa de tecnologia, com um modelo de negócios SaaS (*Software as a Service*), focada no oferecimento de soluções digitais para o mercado da saúde. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência a milhares de

empresas contatadas em sua plataforma: hospitais, operadoras de saúde e formecedores de todas as categorias, bem como fabricantes de insumos médico-hospitalares. Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado da saúde, desde o planejamento de compras, passando pela transação de insumos e abrangendo, ao fim do ciclo, o processamento das contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras. Trata-se de um Grupo que oferece soluções digitais para gestão de processos na saúde, com operações no Brasil, Argentina, Colômbia e México. O Grupo é

Rafael Kellermann Barbosa - Presidente		Diretoria		Contador	
		Josimar Gomes - Diretor de Finanças		Karolina Aparecida Reis - CRC: SP 296883/O-6	

SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S.A.

CNPJ: 06.126.800/0001-93

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a diretoria da SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S.A. vem apresentar a V.Sas. o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findos naquela data. As demonstrações para o ano final de 2022 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos à disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social à Avenida Engenheiro Alberto Zagottis, nº 352 - São Paulo - SP, na qual encontram-se arquivadas as demonstrações completas. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras das companhias e suas controladoras em 31/12/2023: Spaia Indústria Brasileira de Bebidas Ltda. - 100% participação e CVI Refrigerantes Ltda. - 100% participação.

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo/Circulante	5.732.685	5.585.944	5.737.126	5.590.530
Caixa e equivalentes de caixa	2.205.730	1.683.808	2.212.240	1.690.211
Contas a receber de clientes	2.041.169	1.733.330	2.041.169	1.733.330
Estoque	1.019.347	1.047.665	1.019.347	1.047.665
Impostos a recuperar	169.326	195.934	169.351	195.936
Partes relacionadas ativo	91.454	90.894	89.359	89.075
Instrumentos financeiros derivativos ativo	63.933	679.479	63.933	679.479
Despesas antecipadas	74.562	103.333	74.563	103.333
Outros ativos	87.164	51.501	87.164	51.501
Não circulante	15.997.661	14.684.012	15.993.934	14.682.874
Imposto a recuperar	319.541	190.054	319.541	190.054
Instrumentos financeiros derivativos ativo	—	19.653	—	19.653
Despesas antecipadas	7.970	6.275	7.970	6.275
Depósitos judiciais	178.440	196.018	178.733	196.338
Outros ativos	449.930	556.025	449.930	556.025
Investimento	339.890	320.577	335.060	318.309
Imobilizado	5.904.345	4.660.731	5.905.155	4.661.542
Ativos de direito de uso	296.679	229.511	296.679	229.511
Intangível	8.500.866	8.505.168	8.500.866	8.505.168
Total Ativo	21.730.346	20.269.955	21.731.060	20.273.405

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo/Circulante	4.886.823	5.058.081	4.886.875	5.058.511
Empréstimos e Financiamentos	7.656	13.048	7.656	13.048
Passivo de arrendamento	128.354	65.120	128.354	65.120
Instrumentos financeiros derivativos passivo	62.546	25.373	62.546	25.373
Formecedores	1.904.207	1.570.456	1.904.207	1.570.456
Salários e encargos	419.055	351.701	419.055	351.701
Impostos e taxas a receber	736.828	614.549	736.876	614.594
Partes relacionadas passivo	737.399	1.686.337	737.399	1.686.337
Outras obrigações	900.778	731.297	900.782	731.683
Não circulante	8.715.809	8.115.025	8.716.471	8.118.045
Empréstimos e Financiamentos	2.609	10.031	2.609	10.031
Passivo de arrendamento	186.340	178.016	186.340	178.016
Impostos e taxas a receber	389	957	389	957
Instrumentos financeiros derivativos passivo	404.920	249.063	404.920	249.063
Partes relacionadas passivo	5.906.790	5.594.747	5.906.790	5.596.567
Provisão riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	762.087	870.151	762.056	871.835
Imposto de renda diferido	650.244	482.215	650.037	481.731
Outras obrigações	802.430	769.845	802.430	769.845
Patrimônio líquido	8.127.714	7.096.849	8.127.714	7.096.849
Capital social	2.676.190	2.676.190	2.676.190	2.676.190
Reserva Incentivo Fiscal	1.419.623	1.094.638	1.419.623	1.094.638
Reservas de lucros	3.807.717	3.120.662	3.807.717	3.120.662
Reservas legais	224.124	205.359	224.124	205.359
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	21.730.346	20.269.955	21.731.060	20.273.405

Demontstrações das mutações do patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.676.190	205.359	867.214	2.927.392
Lucro líquido do exercício	—	—	602.717	602.717
Constituição de reservas	—	—	227.424	375.293
Dividendos Pagos	—	—	(188.399)	(188.399)
Efeitos da Incorporação RAP9 e CVI	—	—	6.376	6.375
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.676.190	205.359	1.094.638	3.120.662
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.030.865
Constituição de reservas	—	18.765	324.985	687.115
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.676.190	224.124	1.419.623	3.807.717

Demontstrações dos resultados	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	19.497.177	16.884.043	19.497.177	16.884.043
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(12.358.343)	(10.905.838)	(12.358.343)	(10.905.838)
Lucro bruto	7.138.834	5.978.205	7.138.834	5.978.205
(Despesas)/receitas operacionais:				
Com vendas	(4.367.533)	(3.894.423)	(4.367.533)	(3.894.423)
Gerais e administrativas	(985.472)	(772.635)	(985.479)	(772.811)
Resultado com equivalência patrimonial	(3.720)	12.796	(4.462)	14.677
Outras receitas (despesas) líquidas	(77.693)	(59.194)	(77.422)	(59.194)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.704.416	1.264.749	1.703.938	1.266.454

SAÚDE

Brasileiro gastam menos com medicamentos e mais com procedimentos de plano de saúde

Os brasileiros estão gastando menos com serviços de saúde privada, como consultas e planos de saúde, mas desembolsando mais com medicamentos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados na sexta-feira, 5. O levantamento Conta-Satélite de Saúde mostra que a participação das despesas com saúde no consumo final das famílias subiu de 7,3% em 2010 para 9,2% em 2021, último ano considerado na pesquisa. Enquanto isso, as despesas do governo na área se mantiveram praticamente estáveis nos últi-

mos anos; apesar de elas serem maiores em relação a de países vizinhos, o Brasil gasta com saúde em média 2,9 vezes menos do que as nações desenvolvidas. O maior comprometimento da renda das famílias com saúde veio mesmo num contexto em que houve retração nos gastos com serviços privados. Segundo o IBGE, esses serviços representaram 63,7% do total dos gastos das famílias em saúde em 2021, valor inferior aos 64,9% comprometidos um ano antes. Houve, porém, um aumento dos gastos com medicamentos. Em 2021, 33,7% das des-

pesas familiares com saúde foram destinadas à compra de remédios; no ano anterior, esse índice atingiu 32,5%. Esta semana, uma resolução do governo federal autorizou as farmacêuticas a aumentarem em até 4,5% o preço dos medicamentos. O valor foi definido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Uma análise feita por técnicos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), porém, mostra que o reajuste para o consumidor pode ser bem maior. Apesar da oferta de serviços públicos através do Sistema Único de Saúde (SUS) e

de medicamentos nas farmácias populares, os brasileiros acabam gastando mais que o governo quando precisam tratar da saúde. De acordo com o IBGE, as famílias brasileiras e instituições sem fins de lucro a serviço delas foram responsáveis pela maior parte dos gastos com saúde em 2020 e 2021. Considerando as famílias, as despesas totais na área representaram 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 e 5,9% em 2020. Enquanto isso, as despesas de consumo do governo com saúde representaram 4% do PIB em 2021, e 4,2% no ano anterior.

Uma comparação feita pelo IBGE mostra que, em termos proporcionais, o Brasil tem um gasto em saúde semelhante ao dos países que integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta por 38 das nações mais desenvolvidas do mundo. Mas o índice só é alcançado graças às despesas das próprias famílias. De acordo com o levantamento do IBGE, em 2021 o gasto por pessoa no País com bens e serviços de saúde chegou a R\$ 2.387,50 (em valores da época), superior à despesa per capita

destinada pelo governo, de R\$ 1.703,60. Naquele ano, as despesas dos governos de países da OCDE com saúde representaram, em média, 7,4% do PIB, ante os 4% do Brasil Alemã (11,1%), França (10,4%) e Reino Unido (10,3%) tiveram as maiores despesas públicas na área. Quando a análise da despesa per capita considera a paridade de poder de compra entre os países, o Brasil fica à frente de Colômbia e México, mas teve despesas 2,9 vezes menores do que a média observada para os países da OCDE.

LVE - LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais) ... Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ... Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ... Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ... Variações nos ativos e passivos (Aumento/Diminuição dos ativos) ... Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Sei Incorporação e Participações S.A. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) ... Balanço Patrimonial ... Demonstração dos Resultados Abrangentes ... Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ... Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Serra Azul Water Park S.A. Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) ... Balanço patrimonial ... Demonstração dos resultados ... Demonstração dos resultados abrangentes ... Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D5A3-2AE6-0E95-A964. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. Marcos Kenji de Sá Pimentel Otaó Contador CRC-SP209246/0

Diário Comercial PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

COTAS NA USP

Justiça autoriza a banca de barrado por banca a frequentar aulas de Medicina

A Justiça de Cerqueira Cesar, no interior do estado de São Paulo, concedeu, na sexta-feira, 5, liminar para permitir que o estudante Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, seja matriculado no curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A efetivação da matrícula havia sido barrada pela instituição após a banca de heteroidentificação não ter considerado o candidato como pardo, como ele pleiteava.

Em decisão provisória, o juiz Danilo Martini de Moraes Ponciano de Paula determinou que a USP permita que Alison frequente as aulas no prazo de 72 horas sob pena de multa de R\$ 500 por dia de atraso, limitada ao teto de R\$ 20 mil.

Nesta semana, provocada a se manifestar no processo, a universidade havia descrito o estudante como sendo "de pele clara", com "boca e lábios afilados" e que o "cabelo raspado", o que impediu a banca de identificá-lo adequadamente.

Para o magistrado, o candidato, aprovado por meio do Provão Paulista, foi prejudicado no processo de avaliação por ter sido submetido à etapa de confirmação de sua autodeclaração de forma virtual, "enquanto os candidatos oriundos da Fuvest puderam ser avaliados em entrevista presencial".

"Com efeito, a avaliação presencial poderia ter surtido resultado diverso, à medida que condições de iluminação e definição de equipamentos eletrônicos podem gerar distorções."

O juiz pontuou ainda que, a partir do parecer da comissão que negou o recurso ao aluno, é possível concluir que "a fundamentação exarada, ao menos em sede de cognição sumária, mostra-se genérica, sem referência específica às condições do candidato e em aparente contradição com as fotografias trazidas aos autos pela parte autora (Alison)", escreveu na decisão.

A advogada Giuliane Jovitta Basseto Fittipald, que representa Alison no processo, emi-



Divulgação

Em decisão provisória, o juiz Danilo Martini de Moraes Ponciano de Paula determinou que a USP permita que Alison frequente as aulas no prazo de 72 horas sob pena de multa de R\$ 500 por dia de atraso, limitada a R\$ 20 mil.

tiu nota após a manifestação da USP no processo para ressaltar que "é evidente o erro de julgamento da comissão (da universidade) e a ausência de razoabilidade em sua decisão, bem como é nítido que os parâmetros utilizados pela Comissão de Heteroidentificação são absolutamente subjetivos, sem critérios adequados para serem aferidos".

"É fácil identificar no Alison traços de pessoas de cor negra, como: pele escura, nariz achatado, com o dorso curto, asas da base ainda mais alargadas, assim como narinas maiores e ponta arredondada. Da mesma forma, no desenho dos lábios, tendo em vista em pessoas negras o aspecto dos lábios é maior que em pessoas de cor branca, além do cabelo crespo, características estas fenotípicas pardo, des-

cedente de negros", acrescentou a defensora.

Na manifestação à Justiça, a universidade disse que o candidato passou pela 1ª fase da heteroidentificação, análise dos documentos e fotos, "em que nenhuma das duas bancas confirmou sua autoidentificação para os critérios da universidade (sem que uma soubesse da decisão da outra)".

Alison Rodrigues passou, então, para a 2ª etapa da análise, feita por videoconferência. "Ele leu sua autodeclaração para a Banca de Heteroidentificação, que concluiu que o candidato tem pele clara, boca e lábios afilados, cabelos raspados impedindo a identificação, não apresentando o conjunto de características fenotípicas de pessoa negra", afirmou a universidade.

A USP também anexou no documento o parecer produzido pelos membros da Comissão de Heteroidentificação, que afirma que "diante do conjunto de informações apreendidas, a comissão entendeu, de maneira consensual, por ratificar a conclusão da Comissão de Heteroidentificação, segundo o qual o recorrente não cumpre os requisitos necessários à vaga reservada para o grupo PP (Pretos e Pardos) na Universidade de São Paulo, porque não possui traços fenotípicos aptos a defini-lo como preto e pardo", diz a instituição.

Na declaração, a USP defendeu o processo de avaliação. afirmou que Alison "foi submetido a procedimento bastante criterioso, com múltiplas conferências, bancas diferentes, sistema cego de dou-

ble checking (dupla checagem), possibilidade de recurso administrativo e com exercício do contraditório e da ampla defesa".

A pró-reitora de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (USP), Ana Lúcia Duarte Lanna, rebateu as críticas de que a banca de heteroidentificação para avaliar candidatos às cotas seja um "tribunal racial".

"Essa posição que diz que as comissões de heteroidentificação como tribunal racial são muito complexas, porque desconhecem o acúmulo de debate em torno dessa questão, indo contra a política de cotas", disse ao Estadão a professora, à frente do órgão criado em 2022 para cuidar das políticas de diversidade na maior instituição de ensino superior da América Latina.

FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.
CNPJ nº 63.063.689/0001-13 - NIRE nº 35.228.310.71-6

Ata da Assembleia Geral de Titulares da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, em Série Única, das Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda., realizada em Primeira Convocação em 1º de abril de 2024. 1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 1º de abril de 2024, às 11h30, no local exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVLM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), com a dispensa da realização de videoconferência, em razão da manifestação dos votos por e-mail, arquivados na sede da Emitente, dos titulares da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (conforme abaixo definido), tendo a assembleia sido considerada como sendo realizada na sede da **Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Braz, nº 889, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04.511-011 ("Emitente").

2. Convocação: Dispensada a publicação de edital de convocação, tendo em vista a presença de titulares representando (em conjunto) das notas comerciais escriturais com garantia real, em série única, da Emitente ("Titulares") e ("Notas Comerciais Escriturais"; respectivamente), nos termos da cláusula 9.3 do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, em Fito de Registro Automático de Distribuição, das Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda." ("Termo de Emissão"), celebrado em 22 de março de 2024, entre a Emitente e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Agente Fiduciário"). 3. **Presença:** Reuniram-se, em primeira convocação: (i) Titulares representando 100% (cem por cento) das Notas Comerciais Escriturais, conforme constante no Anexo I desta ata; (ii) os representantes da Emitente; (iii) representantes do Agente Fiduciário, conforme assinaturas apostas abaixo. 4. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Paula Leonette Rangel e secretariados pela Sra. Julia Bernardes Cunha. 5. **Ordem do Dia:** Discutir e votar sobre a: (i) alteração da data de emissão das Notas Comerciais Escriturais e, por consequência, do prazo de duração das Notas Comerciais Escriturais; e (ii) autorização à Emitente e ao Agente Fiduciário para praticar todos os atos e adotar todas as medidas eventualmente necessárias para a devida consecução e formalização das deliberações acima, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à celebração de todos e quaisquer aditamentos ao Termo de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no Termo de Emissão) e/ou a quaisquer outros documentos e formalidades necessários, perante quaisquer terceiros. 6. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, na presente data, após exame das matérias constantes da ordem do dia: (i) Titulares representando 100% (cem por cento) das Notas Comerciais Escriturais, sem votos contrários ou abstenções, aprovaram a concessão de autorização ao Agente Fiduciário em conjunto com a Emitente, para praticar todos os atos e adotar todas as medidas eventualmente necessárias para a devida consecução e formalização das deliberações acima, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à celebração de todos e quaisquer aditamentos ao Termo de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e/ou a quaisquer outros documentos e formalidades necessários, perante quaisquer terceiros. Em razão da deliberação acima, fica consignado que o aditamento ao Termo de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária para refletir as modificações expressamente aprovadas na presente Assembleia deverá ser celebrado entre a Emitente e o Agente Fiduciário em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da presente Assembleia. Todos os termos não definidos na ata desta Assembleia deverão ser interpretados conforme suas definições atribuídas no Termo de Emissão. 7. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso adicional da palavra, e mediante a dispensa, pelos Deponentes presentes, da assinatura da presente ata, foram suspensos os trabalhos, lavrando-se a presente ata que foi lida e achada conforme por todos os presentes. Mesa: Sra. Paula Leonette Rangel (Presidente da Mesa) e Sra. Julia Bernardes Cunha (Secretária da Mesa). São Paulo, 1º de abril de 2024. A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. Paula Leonette Rangel - Presidente da Mesa; Julia Bernardes Cunha - Secretária da Mesa. **Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.** Thales Henriques Garcia Sales Feliciano - CPF: 098.877.406-71; Aurelio Rodrigues de Melo - CPF: 273.166.419-51. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Rafael Casemiro Pinto - CPF: 112.961.697-80.

Track & Field CO S.A.
CNPJ/ME nº 59.418.806/0001-47

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023
- Parecer do Comitê de Auditoria - COAUD Track & Field CO S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD, nos termos de suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno, procederam a revisão e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Track & Field CO S.A., acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre as referidas Demonstrações Financeiras, sem qualificação, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelo sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, recomendaram a sua aprovação pelo Conselho de Administração. São Paulo, 07 de março de 2024. **Estela Maris Vieira de Souza** - Coordenadora; **Adriana Caetano** - Membro; **Gabriela Baumgart** - Membro. **JUCESP** nº 126.285/24-3 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Track & Field CO S.A.
CNPJ/ME nº 59.418.806/0001-47

Ata do Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 06 de Março de 2024

I. Data, Hora e Local: 06 de março de 2024, às 09h00, telepresencialmente e presencialmente no escritório da Track & Field CO S.A. ("Companhia"), na Rua Dr. Eduardo Souza Aranha, 387, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **II. Convocação:** Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho Fiscal da Track & Field CO S.A. ("Companhia"). **III. Presença:** Presente a totalidade dos membros em exercício do Conselho Fiscal da Companhia. **IV. Composição da Mesa:** Márcio José Soares Lutterbach, Presidente; e a Sra. Ana Cláudia Felix do Nascimento, Secretária. **V. Ordem do Dia:** (i) Examinar e emitir parecer sobre o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023; (ii) Examinar e emitir parecer sobre a proposta da administração para o aumento do capital social da Companhia. **VI. Deliberações:** (i) No uso de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal examinaram a versão preliminar do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023. Com base nas informações e esclarecimentos recebidos, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, e sem ressalvas, que as Demonstrações Contábeis refletiram adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como que os documentos referidos acima estão em condições de serem apreciados e votados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, (ii) Ademais, nos termos do artigo 163, inciso III, da Lei 6.404/76, avaliaram a Proposta da Administração a ser encaminhada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26 de abril de 2024 de aumento o capital social da Companhia, por meio da capitalização da reserva estatutária para Investimento e Capital de Giro, no valor de R\$ 143.756.413,05 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trze reais e cinco centavos), sem a emissão de novas ações. Os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, e sem ressalvas, que a proposta de aumento de capital está em condições de ser apreciada e votada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária. **VII. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 06 de março de 2024. **Mesa: Márcio José Soares Lutterbach** - Presidente; **Ana Cláudia Felix do Nascimento** - Secretária. **Conselheiros presentes: Conrado Valiante da Rocha, Fernando Custódio Zanopé, Márcio José Soares Lutterbach.** **JUCESP** nº 126.849/24-9 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Paranaense de Construção S/A
CNPJ/MF nº 76.519.974/0001-48 - NIRE 35.300.539.036

89ª Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Janeiro de 2024

30/01/2024, às 9:30h, na sede social. **Presenças:** A presença da totalidade dos Acionistas representantes do capital social. **Deliberações Unânicas:** Aprova-se o Protocolo e Justificação, cujo objeto trata da proposta da Ação Parcial da Companhia e incorporação da parcela cindida pela Cindenda, nos termos dos arts. 224, 225 e 229 da Lei das S/A. Ratifica-se a nomeação da Empresa de Avaliação, **Alvarez & Bernardino Auditores e Assessoria Contábil SS, CNPJ/MF sob nº 12.054.198/0001-75, CRFP nº PR-006471/0.** Aprova-se o Laudo de Avaliação em todos os seus termos, o qual estimou em R\$ 13.000,00 a parcela do patrimônio líquido contábil da Cipa a ser cindido, com base no balanço especialmente levantado em 31/12/2023. Fica consignado que a transferência do acervo líquido descrito no Protocolo e Justificação de Ação Parcial passam à MLC nesta data, tomando-se por base os valores apresentados no Laudo de Avaliação, de modo que a Cindenda assume, desde já, toda posse, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações inerentes, podendo esta deles usar, gozar e livremente dispor; 4. Aprova-se a Ação Parcial da Companhia com a versão da sua par cindida para a MLC, nos termos do Protocolo e Justificação, observada a relação de substituição nele descrita; 5. Aprovada a relação de substituição descrita no Protocolo e Justificação, de modo que, em razão da Ação Parcial, o capital social da Companhia será reduzido em R\$ 13.000,00, mediante o cancelamento e a extinção de 13.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, passando o capital social de R\$ 89.127.921,00 para R\$ 89.114.921,00, dividido em 89.114.921 ações ordinárias nominativas. Por força dessa redução do capital social, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 5º. Capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 89.114.921,00, dividido em 89.114.921 ações ordinárias nominativas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.*" 6. Autoriza-se a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para formalizar a Ação Parcial da Companhia, podendo praticar todos os atos cabíveis, inclusive assinar todos os documentos, declarações e formulários aplicáveis junto aos órgãos competentes; 7. Fica aprovada a consolidação do Estatuto Social, na forma do **Anexo III**. **Encerramento:** Foram suspensos os trabalhos até a lavratura da presente. Curitiba, 30/01/2024. **Mesa: Ricardo Mello Malucelli** - Presidente; **Veridiana Gequelin** - Secretária. **JUCESP** nº 102.224/24-9 em 12/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Track & Field CO S.A.
CNPJ/ME nº 59.418.806/0001-47

Ata de Reunião de Conselho de Administração Realizada em 07 de Março de 2024

Data, Hora e Local: 07 de março de 2024, às 9h00, na sede da Track & Field Co S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cipriano Barata, nº 456, 3ª andar, CEP 04205-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Participaram da reunião como convidados representantes da Auditoria Independente, do Comitê Estatutário de Auditoria e do Conselho Fiscal. **Mesa:** Gabriela Baumgart - Presidente; Ana Cláudia Felix do Nascimento - Secretária. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (A) a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e dos pareceres da Auditoria Independente, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal; (B) a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"); e (C) a aprovação da proposta de aumentar o capital social da Companhia, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, a ser submetida à AGOE. **Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, e de seus respectivos documentos, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, o quanto segue: (A) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres da Auditoria Independente, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, que, rubricados pela Secretária, permanecerão arquivadas na sede da Companhia; (B) propor e recomendar a seguinte destinação do lucro líquido de R\$ 114.410.347,83 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), a ser submetida à apreciação da AGOE: a. R\$ 2.818.864,05 (dois milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos) a serem excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório como autoriza o artigo 195-A da Lei 6.404/76 destinados à reserva de Incentivos Fiscais; b. R\$ 5.579.574,19 (cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 excluído o valor destinado à reserva de Incentivos Fiscais incluído no item anterior, destinados à reserva legal; c. R\$ 76.869.015,28 (setenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quinze reais e vinte e oito centavos), correspondentes a 72,5098% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destinados à reserva de investimentos e capital de giro; e d. R\$ 7.210.519,15 (sete milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e dezesseis reais e quinze centavos), que somados aos juros sobre capital próprio já pagos no valor total de R\$ 21.932.375,16 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos) totalizam R\$ 29.142.894,31 (vinte e nove milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos), correspondentes a 27,4902% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destinados ao pagamento de dividendos. (C) propor o aumento do capital social da Companhia, a ser submetido à AGOE, no valor de R\$ 143.756.413,05 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trze reais e cinco centavos), por meio da capitalização da reserva estatutária para Investimento e Capital de Giro e sem a emissão de novas ações. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, a presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 07 de março de 2024. **Mesa:** Gabriela Baumgart - Presidente; Ana Cláudia Felix do Nascimento - Secretária. **Conselheiros:** Alberto Dominguez Von Thiering Azevedo; Frederico Wagner; Gabriela Baumgart; José Vicente Martino e Ricardo Rosset. **Mário Mello Freire Neto** declarou-se ciente da ordem do dia e enviou seus votos por email. **Certifico:** Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Gabriela Baumgart** - Presidente; **Ana Cláudia Felix do Nascimento** - Secretária. **JUCESP** nº 127.406/24-4 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Blum Companhia de Securitização de Créditos
CNPJ nº 20.451.953/0001-83 - NIRE 35.300.481.631

Editais de Convocação da Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão do Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos ("Termo de Securitização"), a reuniram-se, em primeira convocação, para a Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a ser realizada, no dia 29 de abril de 2024, às 14h00h, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto ("Assembleia"), por meio da plataforma **Microsoft Teams** (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta Ordem do Dia. Caso não seja possível obter o quórum necessário para instalação da Assembleia, a aprovação das Demonstrações Financeiras, cujo relatório de auditoria não estiver opinto modificada, se dará de forma automática, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CVM 60. As Demonstrações Financeiras estão disponíveis no site da Securitizadora, no site <https://blumsec.com.br/arquivos/ga/>, na aba "demonstrações financeiras". Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à **Pentagon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blumsec.com.br e assembleias@pentagontrusts.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física** - cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (I) com firma reconhecida, abaixo bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e b) **demais participantes** - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abaixo bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração. São Paulo - SP, 05 de abril de 2024.

Blum Companhia de Securitização de Créditos

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D5A3-2AE8-0E95-A964> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D5A3-2AE8-0E95-A964



Hash do Documento

22D7A38260A14201774E38577952B7773C023B2AEF16A15FE0655136986334A1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 05/04/2024 21:03
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

